

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
CAMPUS AVANÇADO QUEDAS DO IGUAÇU

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP 2022 - 2025

QUEDAS DO IGUAÇU

2021

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ**

Reitor do Instituto Federal do Paraná

Odacir Antônio Zanatta

Pró-Reitoria de Ensino

Amarildo Pinheiro Magalhães

Pró-Reitoria de Administração

Carlos Eduardo Fonini Zanatta

Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa Pós-graduação e Inovação

Marcelo Estevam

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Karina Mello Bonilaure

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Paulo Tetuo Yamamoto

CAMPUS AVANÇADO QUEDAS DO IGUAÇU

Direção Geral

Kleber Augusto Michalichem

Direção Adjunta

Elaine Cristina Zotti

Chefe da Seção de Ensino, Pesquisa e Extensão

Flávio Endrigo Cechim

Chefe da Seção Administrativa

Cleonice Jacob Muller

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPP

André Celarino

Daniela Skrowonski

Flávio Endrigo Cechim

João Paulo Ganhor

Jonathan de Paula Camargo
Kleber Augusto Michalichem
Odair Moreira de Souza
Paola Andreza Ávila Soares
Thiago Fernandes dos Santos Pereira
Vanderlei Borges da Silva
Vitor Soares

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE	10
2.1 Aspectos Regionais e Sócio-econômicos da Comunidade Atendida	14
2.2 Organização e Infraestrutura do Campus	21
2.3 Cursos e Modalidades Ofertadas no Campus	25
2.3.1 Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	26
2.3.2 Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Educação e Práticas de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	29
2.3.3 Curso de Formação Inicial e Continuada - 2015-2020	32
2.3.4 Cursos na modalidade EAD - 2016-2019	33
2.4 Órgãos, Setores, Atividades e Profissionais Envolvidos	33
2.5 Órgãos Colegiados	37
2.5.1 Colégio Dirigente Do Câmpus (CODIC)	37
2.5.4 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas	39
2.5.5 Núcleos e Representações	39
2.6 Indicadores e Ações do Campus	41
2.6.1 Ensino, Pesquisa, Extensão, Artísticos, Culturais e de Inovação	41
2.6.2 Inclusão Social e Assistência Estudantil	43
2.7 Organização Estudantil	52
2.8 Permanência, Êxito, Dependências e Reprovações	54
2.9 Acompanhamento de Egressos	58
3. PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CAMPUS	61
3.1 Missão do IFPR	61
3.2 Visão do IFPR	62
3.3 Valores do IFPR	62
3.4 Características e finalidades dos Institutos Federais	62
3.5 Objetivos dos Institutos Federais	63
3.6 Princípios dos Institutos Federais	65
3.7 Princípios da Gestão Democrática	66
3.8 Princípios orientadores da prática pedagógica	68
3.8.1 Formação Humana Integral	69
3.8.2 Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura	71
3.8.3 O Trabalho como Princípio Educativo	72
3.8.4 A Pesquisa como Princípio Educativo	72
3.8.5 A Relação Parte-Totalidade na Proposta Curricular	73
3.9 Concepções que sustentam a proposta pedagógica	74

3.9.1	Concepção de sociedade	75
3.9.2	Concepção de ser humano	76
3.9.3	Concepção de educação	77
3.9.4	Concepção de escola	78
3.9.5	Concepção de Educação profissional, científica e tecnológica	80
3.10	Processo de ensino e aprendizagem e avaliação	81
3.11	Currículo	86
3.12	Pesquisa, Extensão e Inovação	89
4.	PLANEJAMENTO	93
4.1	Plano de ação do campus	93
4.1.1	Eixo Processo de Ensino e Aprendizagem	94
4.1.2	Eixo Organização Curricular	97
4.1.3	Eixo Práticas de Gestão Institucional	100
4.1.4	Eixo Gestão Educacional e Prática Pedagógica	102
4.1.4.1	Plano e Expectativas de Formação Continuada	105
4.1.5	Eixo Políticas Educacionais e Ações Institucionais	107
4.1.5.1	Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação	108
4.1.5.2	Assistência Estudantil	110
4.1.5.3	Políticas Afirmativas	111
4.1.5.4	Núcleos Institucionais (Napne, NIT, NAC, Neabi, outros)	111
4.1.5.5	Programa de Acompanhamento de Egressos	112
4.1.5.6	Relacionamento com a Comunidade	114
4.1.6	Eixo Atividades Culturais, Artísticas e Desportivas	115
4.1.7	Eixo Infraestrutura	116
5.	AVALIAÇÃO DO PPP	118
6.	REFERÊNCIAS	123

1. APRESENTAÇÃO

A educação tem sentido porque o mundo não é necessariamente isto ou aquilo, porque os seres humanos são tão projetos quanto podem ter projetos para o mundo.

(FREIRE, 2014, p. 44, grifo do autor).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Campus Avançado Quedas do Iguaçu, é uma ferramenta de caráter teórico e prático disponibilizado continuamente ao público e comunidade acadêmica em geral. Esse instrumento metodológico é construído por todos os atores que de forma participativa e voluntária promovem a mudança e interação na transformação do cenário atual. Ele tem seu foco voltado para a descrição dos princípios e meios adotados para fazer cumprir com a Missão dessa instituição, que será vista a seguir.

Considerando o presente documento institucional que guia as ações do IFPR, o Campus Avançado Quedas do Iguaçu por meio da construção do Projeto Político Pedagógico, articulado com o compromisso social e considerando os arranjos produtivos locais e interesse coletivo, propõe os objetivos e metas definidas de forma democrática e coletiva, que indicarão a direção que o Campus deve seguir.

Desta forma esse documento tem caráter político, e está intimamente ligado aos compromissos sociopolíticos e culturais da população, a fim de apontar os objetivos para a construção da sociedade que se deseja. Porém, é também pedagógico, pois tem objetivos pautados em ações educacionais, sendo que segundo Veiga (1998) o Projeto Político Pedagógico define as ações educativas e as características necessárias às escolas para cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

O Projeto Político Pedagógico do Campus Avançado Quedas do Iguaçu não é um mero texto com planejamentos aleatórios e propostas de atividades que

servirá para cumprir com as demandas burocráticas. O PPP é uma ferramenta de consulta a qualquer tempo, construída por todos em consonância com o processo educativo do IFPR. Pois, como muito bem aponta Veiga (2009, p. 169), “a gestão democrática deve ser compreendida não apenas como um princípio, mas também como um objetivo a ser atingido, para configurar-se como uma prática educativa inserida no contexto da escola”. Dessa maneira, o PPP não é um fim em si próprio, mas um instrumento para a construção coletiva e para a real efetivação das práticas pedagógicas.

Ressaltando que esse é o primeiro documento orientador construído pelo Campus, o Projeto Político Pedagógico do Campus Avançado Quedas do Iguaçu foi construído de forma coletiva, passando por diversas discussões e análises no decorrer de sua elaboração. Foi criada uma comissão (oficializada por meio das Portarias de nº 28/2019, 29/2019, 53/2019 e 43/2021), composta por vários docentes e técnicos, para organizar e mediar o andamento dos trabalhos, sendo concluídos em 19/07/2021. Entretanto, durante todo o período, foram realizados encontros de formação e estudos com a totalidade do corpo de servidores, que contribuíram sobremaneira nas compreensões conceituais e no delineamento do presente documento.

Paralelamente, foram elaborados três questionários de consulta, um para os discentes do campus, outro para os pais/responsáveis e outro para a comunidade externa, buscando ampliar a dimensão participativa e os atores envolvidos nesse importante momento da instituição. Os principais dados obtidos nessa etapa serão ilustrados no Capítulo 4 do presente documento.

Todo o processo de construção se deu respeitando as normas e diretrizes contidas no Projeto Político Institucional, e dessa forma procurou-se consolidar as opiniões e anseios de todos frente aos objetivos Pedagógicos e Políticos desse documento, tendo a Missão Institucional como documento norteador dialogando com a identidade do Campus Avançado Quedas do Iguaçu.

O presente PPP está dividido em quatro capítulos principais, além desta apresentação. Os conteúdos gerais contidos em cada um serão apresentados a seguir:

O Capítulo 2 - **Caracterização do Campus/Unidade** procura apresentar de maneira ampla as principais características que compõem o Campus Avançado Quedas do Iguaçu. Ele condensa informações acerca da história e memória de criação e evolução do campus, além de uma caracterização geral da região em que o mesmo está inserido, com especial destaque ao município e suas particularidades. Assim, buscando melhor compreender a realidade social da qual faz parte, são descritos os arranjos locais e produtivos da região, sumariando os aspectos socioeconômicos da comunidade atendida.

O Capítulo 2 apresenta ainda a caracterização dos cursos ofertados, descrição detalhada da infraestrutura possuída pelo campus, seus setores e estrutura organizacional, além dos indicadores e ações realizadas.

No Capítulo 3 - **Pressupostos Político-Pedagógicos**, de caráter mais conceitual, são apresentadas as diferentes concepções que sustentam a proposta pedagógica da instituição, os elementos que orientam a educação profissional, científica e tecnológica, e os princípios que fundamentam a gestão educacional, tendo em vista os processos formativos almejados.

Nele são expostas as características, finalidades e objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constantes nas legislações atreladas. São aprofundados os princípios da gestão democrática, bem como a Missão, visão e valores do IFPR especificamente. No que concerne ao campus, são elucidados os princípios orientadores da prática pedagógica nos seguintes eixos: *i) Formação Humana Integral; ii) Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura; iii) O Trabalho como Princípio Educativo; iv) A Pesquisa como Princípio Educativo; v) A Relação Parte-Totalidade na proposta curricular.* Aborda ainda dimensões relevantes do processo de ensino e aprendizagem, avaliação e currículo, além das práticas de pesquisa, extensão e inovação e suas relações com o ensino.

O Capítulo 4 - **Planejamento** volta-se principalmente para a descrição da organização dos trabalhos do campus e do planejamento futuro do PPP. Nele é apresentado o Plano de Ação do Campus contemplando os seguintes eixos: *i)* Processo de Ensino e Aprendizagem; *ii)* Organização Curricular; *iii)* Práticas de Gestão Institucional; *iv)* Gestão Educacional e Prática Pedagógica; *v)* Políticas Educacionais e Ações Institucionais; *vi)* Atividades Culturais, Artísticas e Desportivas; *vii)* Infraestrutura. Importante destacar que o Plano de Ação está estruturado em diálogo com parte das respostas obtidas por meio dos questionários à comunidade interna e externa.

Por fim, o Capítulo 5 - **Avaliação do PPP** apresenta as principais estratégias que serão utilizadas para a avaliação periódica do presente documento, ressaltando a importância de tal etapa para a consideração das diferentes variáveis que incidirão sobre o processo de ensino e aprendizagem, atreladas às alterações intrínsecas ao contexto político-social do município e região.

Esperamos que o findar desta caminhada de elaboração do primeiro PPP do campus seja realmente o início de um pensar-fazer pedagógico mais sistematizado, no qual o presente instrumento deve configurar-se como guia central de subsídios e como possibilitador das futuras implementações do que hoje sonhamos para a instituição. Lembrando que os desejos não se dão apenas como abstrações idealistas, mas sim como um elemento humano arraigado nas práticas sociais e materiais do espaço-tempo que o rodeia, ou como nas palavras de Freire:

A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador (FREIRE, 2014, p. 61-62).

2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra, o professor assim não morre jamais.

(Rubem Alves, 1994).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) Campus Avançado Quedas do Iguaçu	
Endereço	Marginal Imbirama, 300, Saída Linha Tapuí Quedas do Iguaçu – Paraná, Brasil
CEP	85460-000
Telefone	(46) 9 8414-5176
e-mail	secretaria.quedas@ifpr.edu.br
Site	https://quedasdoiguacu.ifpr.edu.br

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR) Campus Avançado Quedas do Iguaçu, sediado no município homônimo, localiza-se na mesorregião centro-sul do referido Estado e, paralelamente, no território Cantuquiriguaçu. Como será explicitado a seguir, o município e a região apresentam índices preocupantes no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico de grande parcela da população. Assim, a existência e atuação do campus nesse município se mostram de extrema pertinência para os contextos locais e o enfrentamento das injustiças sociais que ainda o caracterizam, materializando efetivamente as dimensões preconizadas na Missão do IFPR, a saber:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional (IFPR, 2019-2023).

A assunção de tais princípios como missão explícita da instituição invoca um imperativo central da idealização da Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica em nosso país, que é justamente o atrelamento aos arranjos locais com vista ao seu desenvolvimento. E, paralelamente, a missão institucional destaca a importância da formação integral de cidadãos críticos. Entretanto, isso não se dá de maneira óbvia e automática, através de ações pedagógicas meramente tecnicistas e voltadas apenas à formação profissional, mas na real leitura do mundo e de nosso período sócio-histórico e na luta por acesso aos bens desenvolvidos pela humanidade a todo ser social.

Nessa direção, Severino (1992) destaca que a efetivação da cidadania se dá no compartilhamento de mediações existenciais estabelecidas em três dimensões: bens materiais, bens culturais e bens sociais (que compreende a esfera política). Em relação a isso, o autor destaca que “[...] não basta aos homens repartirem entre si os bens materiais e os bens simbólicos; esta participação se desumanizará se ela não se lastrear na repartição do poder” (SEVERINO, 1992, p. 11). Tal apontamento deve se insinuar de maneira permanente em todas dimensões e práticas da instituição, destacando os princípios da gestão democrática e da representatividade das categorias que compõem a comunidade acadêmica nos espaços de deliberação e poder, como dimensão formativa de todos agentes envolvidos. Isso aponta para a importância do caminhar coletivo na construção da identidade institucional - do qual o presente documento é fruto e subsídio central - e sua relação com o contexto em que se insere, não esvaziando, assim, as dimensões humanas e emancipatórias de nossos processos formativos.

Dada a fragilidade socioeconômica do município e da região, que será abordado a seguir, faz-se ainda mais importante e indispensável tal

compromisso, o que incide necessariamente na responsabilidade social de nossa instituição, qual seja:

- considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento econômico e social; à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- contempla o compromisso social da instituição na qualidade de portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, de respeito pela diferença e de solidariedade, independentemente da configuração jurídica da IES (IFPR, 2018, p. 668).

Assim, o presente projeto, e sua construção coletiva, tem como objetivo central aprofundar os diálogos e conhecimentos acerca da região na qual nos inserimos com o claro intuito de possibilitar e efetivar tais compromissos. Somando esforços aos inúmeros personagens locais que sonharam e lograram essa conquista social para o município. Afinal, como relatam Skrowonski e Cunha (2019, p. 347), as discussões iniciais para viabilizar a vinda da instituição podem ser sintetizadas na bela fala de um dos representantes da sociedade civil: “Nós temos um sonho!”.

A idealização e todo esforço realizado no processo de abertura do campus no município foi permanentemente permeada por atuações coletivas, contando com as contribuições de atores heterogêneos - ligados ao poder público, à sociedade civil e aos movimentos sociais, como a Liga Camponesa e Urbana e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - unidos à causa comum de possuir um campus do IFPR. Assim, caracteriza-se como uma conquista de toda coletividade que constitui o município. Nas palavras de Skrowonski e Cunha (2019, p. 350):

Atrevemo-nos a dizer que a implantação do IFPR em Quedas resultou da união de forças políticas e sociais da comunidade local para conseguir junto às autoridades federais um aporte de investimento na área da educação técnica e superior no município. Foi uma ação organizada, de diferentes agentes locais, que levou ao desenvolvimento de um projeto de implantação, junto aos poderes Legislativo e Executivo Federal, para a construção de uma “faculdade”, como pensavam (e ainda dizem) as pessoas por aqui.

Os debates e mobilizações comunitárias começaram no ano de 2011 desencadeando intenso processo de luta junto ao poder público municipal, estadual e federal. Os primeiros passos para a real implementação do campus se iniciaram no ano de 2013, por meio da Portaria nº 1.262/2013, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2013. As primeiras atividades foram realizadas nas dependências do IFPR campus Cascavel (campus sede ao qual Quedas do Iguaçu está vinculado) e em instalações cedidas pela Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu. Posteriormente, no ano de 2015, é então aprovada a construção das estruturas físicas e funcionamento do campus e, assim, “[...] foi autorizado o funcionamento do Campus Avançado Quedas do Iguaçu a partir da Portaria 27 do Ministério da Educação (MEC), publicada em 21 de janeiro de 2015” (SKROWONSKI; CUNHA, 2019, p. 342). No ano de 2016 iniciaram-se as ações pedagógicas propriamente ditas com a abertura da primeira turma vinculada ao Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e a inauguração oficial do prédio no dia 20 de junho de 2016.

Atualmente o campus oferece duas modalidades de formações: o Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e a pós-graduação lato sensu em Educação e Práticas de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Contando com um corpo discente constituído por aproximadamente 150 alunas e alunos, distribuídos em 75% (setenta e cinco por cento) no nível médio e 25% (vinte e cinco por cento) no nível de pós-graduação.

Isso está de acordo com as prerrogativas institucionais balizadas pela lei 11.892/2008 (que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) que preconiza em seu artigo oitavo a necessidade de garantia de no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para o atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, prioritariamente na forma de Cursos Integrados, e no mínimo 20% (vinte por cento) para Educação Superior, dentre outras modalidades, em “cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas

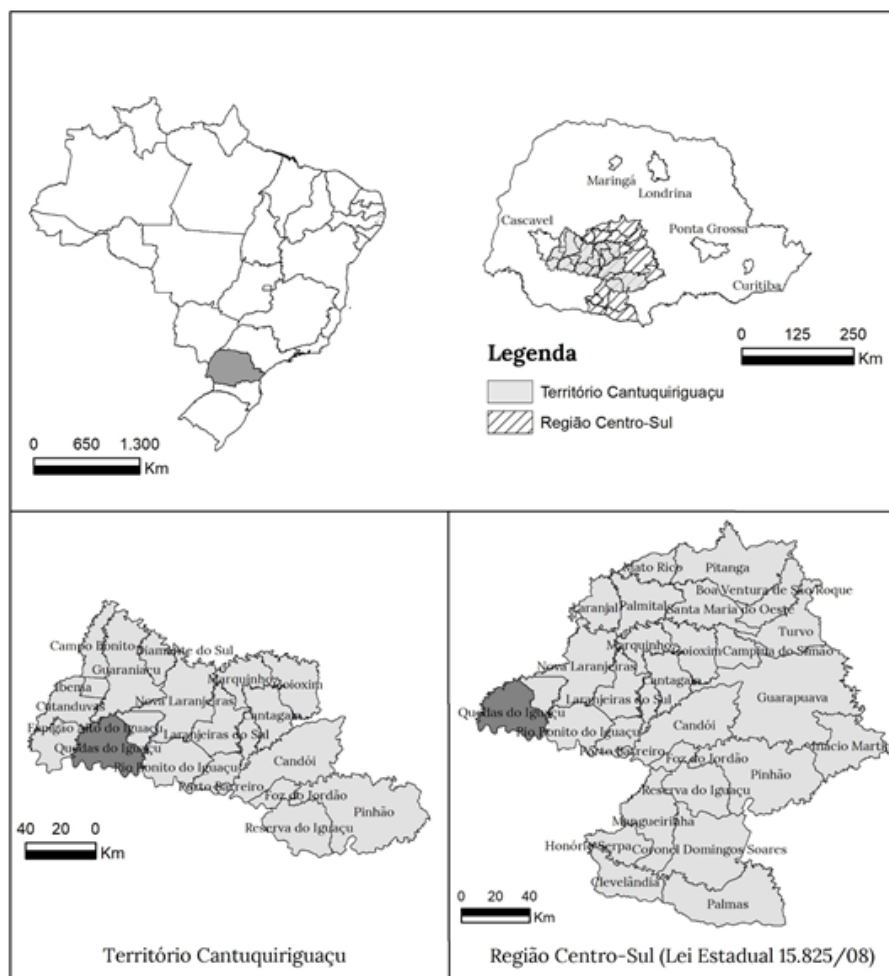
diferentes áreas do conhecimento” (BRASIL, 2008), conforme inciso VI do artigo sétimo da referida lei.

2.1 Aspectos Regionais e Sócio-econômicos da Comunidade Atendida

A região de Quedas do Iguaçu está localizada na mesorregião centro-sul do estado do Paraná (Figura 2.1), seguindo metodologia utilizada pelo IPARDES (Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). No entanto, em função de uma marcante heterogeneidade econômica, social e geográfica entre os municípios, também se adota o recorte espacial do território Cantuquiriguaçu, considerado mais adequado para representar as especificidades da região.

Este recorte espacial foi definido pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir dos anos 2000, vinculado às políticas de crédito rural, como o PRONAF (Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar). Tinha como objetivo, no estado do Paraná, estimular a organização dos municípios em territórios com a perspectiva de promover desenvolvimento em áreas ou regiões estagnadas economicamente e deprimidas socialmente (IPARDES, 2007).

Figura 2.1: Recortes de análise e contexto regional do câmpus.



Fonte: IBGE (2010) e IPARDES (2007). Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

Tal perspectiva se alinha diretamente com a proposta dos Institutos Federais de identificar e propor soluções para os problemas sociais e ambientais da região, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social (PACHECO, 2010).

O território recebeu tal nomenclatura em função da localização dos municípios que fazem parte da região, que são limitados pelos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu (THEIS; KRAJEVSKI, 2017). A sede está situada em Laranjeiras do Sul e abrange vinte municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Guaraniaçu, Goioxim, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do

Paraná e Virmond. A população projetada para 2020 da região, segundo o IPARDES, é de 240.808 pessoas, a cidade de Quedas do Iguaçu é a mais populosa, com 34.310 habitantes (população rural de 9.618). Importante ressaltar que a população da região, segundo o censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, era de 247.384 habitantes, destes, cerca de 46% vivem na área rural, ou seja, as projeções apontam para uma diminuição da população nos últimos anos, o que pode estar conectado com a fuga de cérebros abordada no trabalho de Schneider e Henrique (2015).

O território abrange uma área de 13.986,40 km², o que equivale a praticamente 7% do território paranaense (THEIS; KRAJEVSKI, 2017), no entanto, o território Cantuquiriguaçu é considerado a segunda região menos desenvolvida socioeconomicamente do estado do Paraná, que pode ser identificado através de seus indicadores econômicos, sociais e de educação, além de conflitos socioambientais e fundiários.

Embora o estado do Paraná tenha apresentado um PIB de 421.375 bilhões de reais (aproximadamente 6,3% do PIB nacional), sendo o 5º maior entre todos os estados do Brasil em 2017 (IBGE, 2017), internamente, a distribuição das riquezas se dá de maneira desigual.

O território cantuquiriguaçu participou com 1.6% do PIB estadual, sendo a cidade de Quedas do Iguaçu o 2º maior valor, com 1.299 bilhões de reais a preços correntes, superada pela cidade de Pinhão, com 1.466 bi¹. Em Quedas do Iguaçu, 761.2 milhões do PIB são oriundos da Indústria, 239.3 do setor de comércio e serviços, enquanto 140.7 é adicionado pela administração pública, à frente da agropecuária, com 103 milhões.

A cidade de Pinhão também detém o maior PIB *per capita* da região para o ano de 2017², com um montante de 45.373 reais anuais, Quedas do Iguaçu é a segunda maior, com 38.742, valor maior que aquele apresentado por Theis e

¹ IPARDES - http://www.ipardes.gov.br/anuario_2018/4economia/tab4_5_3.htm. Acesso em 14 mai. 2020.

² IPARDES - http://www.ipardes.gov.br/anuario_2018/4economia/tab4_5_2.htm. Acesso em 14 mai. 2020.

Krajevski (2017) para o ano de 2013 (33.662 reais), nesse sentido, observa-se que a cidade tem melhorado, de forma ainda incipiente, alguns dos seus indicadores nos últimos anos. A cidade de menor PIB *per capita* é Diamante do Sul, com R\$15.174, muito abaixo da média do estado, que é de R\$37.221 reais. Portanto, mesmo dentro do território da cantuquiriguaçu há realidades bastante discrepantes.

A cidade de Quedas do Iguaçu apresenta melhoras em alguns indicadores socioeconômicos considerando também os censos demográficos do IBGE de 1990 a 2010. A renda *per capita* aumentou de R\$229.78 em 1991 para 586.88 em 2010, equivalente a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5.06%, porém, o valor ainda é muito inferior a R\$890.89, média do estado do Paraná (ATLAS BRASIL, 2013).

A proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$140,00 passou de 54.36% em 1991 para 20.83% em 2010. O índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, foi de 0.58 em 2010, ligeiramente superior à média do estado (0.53), sendo que valores próximos a 1 indicam locais em máxima desigualdade, enquanto valores mais próximos a 0 indicam maior igualdade. O IDHM (índice de desenvolvimento humano municipal) variou de 0.420 em 1991 para 0.681 em 2010, sendo que valores próximos a 1 representam localidades mais desenvolvidas do ponto de vista do acesso à educação, saúde e renda, porém, em comparação com a média do estado, que é de 0.749, observa-se que a cidade ainda tem problemas significativos.

Na dimensão ambiental, o território Cantuquiriguaçu apresenta 62,6% de seus solos inaptos para a agricultura, devido ao alto risco de erosão, entretanto na região predominam as atividades de uso misto (47,1%) e agricultura intensiva (29,5%), ao mesmo tempo que possui apenas 0,7% do território como área de proteção integral e 0,0009% de áreas de uso sustentável (IPARDES, 2007).

Outro grave problema ambiental enfrentado na região é o uso de agrotóxicos. Na bacia do Baixo Iguaçu os municípios que mais utilizam

agrotóxicos são justamente os que se encontram na margem do Rio Iguaçu, apresentando índices maiores do que a média do Estado (9,69 kg/ha/ano). Quedas do Iguaçu se destaca chegando a quase o dobro desta média (17,76 kg/ha/ano), além dos altos valores nos municípios vizinhos, São Jorge do Oeste e Verê, com 12,80 kg/ha/ano e 12,30 kg/ha/ano, respectivamente (IPARDES, 2017b).

O índice IPARDES³ de desempenho municipal é considerado médio (0,6965), sendo o índice de emprego, renda e produção agropecuária o mais baixo (0,4536 – considerado médio baixo desempenho), como é possível observar na Tabela 2.1.

Tabela 2.1: Índice IPARDES de desempenho municipal (IPDM) - 2016.

ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL (IPDM) (1) - 2016	
INFORMAÇÃO	ÍNDICE
IPDM - Renda, emprego e produção agropecuária	0,4536
IPDM - Educação	0,7877
IPDM - Saúde	0,8483
Índice IPARDES de desempenho municipal (IPDM)	0,6965

FONTE: IPARDES

NOTA: O desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final. Com base no valor do índice os municípios foram classificados em quatro grupos: baixo desempenho (0,000 a < 0,400); médio baixo desempenho (0,400 a < 0,600); médio desempenho (0,600 a < 0,800); e, alto desempenho (0,800 a 1,000).

(1) Nova metodologia. Referência 2010.

Fonte: IPARDES (2020).

Na Tabela 2.2 é possível observar que a agropecuária ainda é a atividade que mais gera empregos na cidade, mesmo não sendo a atividade que mais contribui para o PIB, conforme foi abordado anteriormente (IPARDES, 2020). Comércio e indústria de transformação são as outras duas atividades que mais empregam na cidade, nesse sentido, é possível concluir que a maioria dos empregos gerados estão ligados a atividades que têm baixo índice de

³ Dados disponíveis em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85460>. Acesso em 14 mai. 2020.

remuneração, o que reflete a evasão da população em busca de empregos de maior qualificação.

Tabela 2.2: População ocupada segundo as atividades econômicas - 2010.

POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2010

ATIVIDADES ECONÔMICAS (1)	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	5.219
Indústrias extrativas	11
Indústrias de transformação	2.424
Eletricidade e gás	11
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	117
Construção	1.105
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2.185
Transporte, armazenagem e correio	349
Alojamento e alimentação	149
Informação e comunicação	98
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	38
Atividades imobiliárias	17
Atividades profissionais, científicas e técnicas	168
Atividades administrativas e serviços complementares	162
Administração pública, defesa e seguridade social	501
Educação	784
Saúde humana e serviços sociais	257
Artes, cultura, esporte e recreação	37
Outras atividades de serviços	329
Serviços domésticos	763
Atividades mal especificadas	623
TOTAL	15.347

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

(1) A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica Domiciliar (CNAE Domiciliar 2.0).

Fonte: IPARDES (2020).

Por isso o investimento em educação e o desenvolvimento tecnológico representam uma saída para a geração de empregos de maior renda, papel este cumprido pelo IFPR – Quedas do Iguaçu, através da oferta de educação de qualidade, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias ligadas à informática. De

acordo com o caderno estatístico do município, em 2019 foram registradas 1282 matrículas no ensino médio, das quais 106 eram atendidas pelo IFPR no curso técnico em informática integrado ao ensino médio, o que representa algo próximo a 8% da rede.

Nesse sentido, a instituição está cada vez mais presente na comunidade municipal, promovendo eventos, cursos, pesquisa e projetos que tem aproximado cada vez mais a população do câmpus.

Em questionário aplicado aos pais/responsáveis dos alunos em 2019, foi possível identificar o perfil das famílias que fazem parte da comunidade do IFPR câmpus Quedas do Iguaçu. Com relação à escolaridade, 35,5% dos pais responderam possuir ensino médio completo, 21,5% possuía uma pós graduação e 16,9% tinham ensino fundamental incompleto, naquele momento, 83,1% das pessoas estavam trabalhando.

Na mesma ocasião, 67,7% dos pais responderam que sabiam o que significava o Projeto Político Pedagógico, porém, 83,1% declararam que nunca tinham participado do processo de construção e 60% participavam da vida escolar do filho (a) somente nas reuniões de pais e responsáveis.

Para a construção do PPP, além de ouvir pais/responsáveis, estudantes e servidores do IFPR, há necessidade de dar voz à comunidade externa, buscando integrar a instituição à sociedade e atender as demandas apresentadas. Através da aplicação de um questionário, houve a colaboração de vinte e seis pessoas da comunidade externa. Assim, por meio das respostas, é possível trazer algumas informações referentes ao perfil dos respondentes.

No que compete à escolaridade, 53,8% apresentam pós-graduação, 15,4% ensino superior completo, 7,7% ensino superior incompleto e 23,1% ensino médio completo. Quanto à profissão, as respostas são variadas entre os respondentes, predominando professor(a) com seis respostas e empresário(a) com quatro respostas. Dentre os respondentes, 69,2% responderam que sabem

o que é o Projeto Político Pedagógico, enfatizando nos comentários a importância de tal documento para a instituição escolar.

De maneira geral, é perceptível que a comunidade externa compreende que o IFPR é um centro educacional de excelência e é extremamente relevante no contexto regional, porém, é desafiador aumentar essa participação nas decisões tomadas, por isso o esforço de envolvê-los na construção deste PPP e na identificação dos problemas da instituição, apontando soluções e estratégias para o crescimento mútuo.

No ano de 2019 o campus formou a sua primeira turma do curso técnico em informática integrado ao ensino médio, obtendo a maior nota média no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) entre as escolas públicas e particulares do município. O campus de Quedas do Iguaçu obteve notas médias de 592,90 (sem a nota da redação) e 611,32 (redação+questões) segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o que posiciona a unidade na quinta colocação entre os 25 câmpus do IFPR, primeiro entre os câmpus avançados.

Além disso, contou no mesmo ano com alunos aprovados em cursos superiores na USP, Unioeste, UEL, UFPR, UFFS e UTFPR em distintas áreas do conhecimento, o que comprova não só a preocupação da instituição com uma proposta de ensino gratuita e de excelência, mas comprometida também em garantir o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho.

2.2 Organização e Infraestrutura do Campus

O IFPR *Campus* Avançado Quedas do Iguaçu, que iniciou suas atividades no ano de 2014 e teve sua primeira turma do Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio iniciada no ano de 2016, tem o conjunto da organização de sua estrutura física desenvolvida de maneira padronizada, sendo sua edificação semelhante à dos demais campi do IFPR planejados e construídos no mesmo padrão. O campus possui uma edificação principal composta por dois pavimentos, e uma quadra poliesportiva aberta. No espaço ao lado do prédio

principal, situa-se uma área descampada atualmente vazia e que futuramente poderá abrigar o desenvolvimento do segundo bloco. Ao fundo do terreno do campus, tem-se a vista para as colinas circunvizinhas ao campus.

No prédio principal – bloco administrativo, encontram-se as salas de aula, laboratórios, biblioteca e demais espaços de ensino e administrativos. Neste encontram-se os seguintes espaços: 01 (um) laboratório de Ciências Naturais, 01 (uma) sala de aula de Idiomas, 01 (uma) sala de reunião para Seção de Ensino, 03 (três) laboratórios de Informática/Robótica, 07 (sete) salas de aula equipadas com quadros de vidro. O bloco possui amplo espaço físico, visibilidade e ventilação.

Além disso, a instituição conta com 112 (cento e doze) armários com compartimentos individuais separados para os estudantes guardarem seus materiais, biblioteca com acervo de 1.583 (mil, quinhentos e oitenta e três) livros, mesas de estudo e cadeiras e estações para estudo com computadores para pesquisa (com acesso à internet). Além disso, a biblioteca possui também espaço de leitura e interação, sofás e *puffs*. No prédio principal encontra-se também a secretaria do campus, além do laboratório de ciências, uma sala para os professores e uma sala onde trabalham os servidores da administração do campus.

Atualmente, uma sala de aula funciona como laboratório de música, contendo diversos instrumentos musicais, sendo também espaço para ensaios da banda constituída por estudantes e uma sala foi recentemente adaptada para funcionar como espaço de alimentação e repouso para os estudantes – que estudam em período integral - tendo em vista que o campus não possui um refeitório ou espaço equivalente para alimentação dos estudantes.

Em relação à acessibilidade física e arquitetônica, por ter sido planejado e construído recentemente, o campus dispõe de uma estrutura razoável capaz de promover uma acessibilidade básica aos estudantes e visitantes. Sobre o conjunto da acessibilidade física que o campus dispõe atualmente, pode-se

observar a seguinte descrição das instalações: Biblioteca no piso térreo, com acessibilidade, 02 Banheiros adaptados, sendo 01 no piso térreo, 01 elevador acessível, 07 Salas de aula, com acessibilidade, 02 Laboratórios de informática, com acessibilidade, 01 Laboratório de Ciências (Biologia/Química/Física), com acessibilidade e uma Sala de professores com acessibilidade. Auditório adaptado, com acessibilidade 01 Sala Administrativa, com acessibilidade 01 Espaço de convivência, com acessibilidade, 01 Secretaria acadêmica no piso térreo, com acessibilidade, 01 Sala de reuniões, com acessibilidade. Além disso, em respeito à Lei 12.764/2012, há o direito de acompanhamento especializado em sala de aulas aos alunos com necessidades educacionais especiais que ingressam no IFPR *Campus* Quedas do Iguaçu, tendo em vista a promoção do desenvolvimento de uma educação de qualidade e a inclusão social. O Campus também tem mantido o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) que objetiva um melhor acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais específicas.

Em relação à acessibilidade no transporte, convém salientar que o campus encontra-se localizado em uma área fora do núcleo urbano do município de Quedas do Iguaçu, há cerca de 03 (três) quilômetros do Centro da cidade. Cabe salientar que não existem linhas de ônibus regulares no município. A principal forma de acesso ao campus é realizada por meio de ônibus escolares, oferecidos pela Prefeitura do município de Quedas do Iguaçu. Estes ônibus percorrem diariamente o trajeto entre o Centro da cidade e o campus. No entanto, este itinerário é realizado por 3 (três) horários diários – uma ida e volta pela manhã e outra volta à tarde - sempre no início e término do horário matutino e término do vespertino. Todavia, para os estudantes que residem fora do itinerário traçado pelo ônibus, a acessibilidade ao campus fica muito prejudicada, sobretudo para os estudantes das áreas rurais e de (assentamentos), que precisam dispor de transporte próprio ou ir caminhando.

No que diz respeito à acessibilidade de informações, o campus dispõe de uma rede de internet, disponibilizada aos estudantes e funcionários, que

contribui sensivelmente para os estudos e pesquisas dos estudantes. Além dos laboratórios de informática, a biblioteca dispõe de computadores individuais com acesso à internet que os estudantes podem acessar para realizar estudos.

O IFPR *campus* Avançado Quedas do Iguaçu, buscando afirmar-se como Instituição produtora e promotora de conhecimento educacional, científico e tecnológico comprometido com democratização dos saberes socialmente relevantes, busca promover e socializar o conhecimento socialmente valorizado para todos os estudantes, entendendo que cada um deles possui suas especificidades e idiosincrasias tanto em sua origem social, econômica e cultural quanto nas capacidades biológicas, psicológicas e cognoscíveis.

Sendo assim, a Instituição entende que, por existirem distintas maneiras e velocidades de aprendizagem, busca oferecer na medida do possível para o conjunto dos estudantes, condições diferenciadas de atendimento educacional e avaliação quando estas se revelam necessárias.

Estudantes com necessidades educacionais especiais, podem, por meio dos marcos regulatórios institucionais do IFPR, requerer acompanhamento especial e/ou suplementar. No âmbito do campus, o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), um núcleo consultivo, propositivo e de assessoramento aos estudantes, auxilia na proposição de ações e atividades, incentivando, mediando e facilitando os processos de inclusão educacional dos estudantes, além de auxiliar na avaliação diagnóstica para a identificação das necessidades específicas.

Nos casos em que as dificuldades apresentadas no processo de aprendizagem tenham origem em necessidades especiais oficializadas por laudo médico, além dos atendimentos supracitados, há ainda a possibilidade de acompanhamento especial, adaptação e flexibilização curricular, oferta de reestruturação curricular e reavaliação da quantidade de componentes curriculares semestrais e/ou anuais se for o caso, buscando incentivar e estimular todos os estudantes – cada qual em seu tempo e condições – tenham

oportunidade de desenvolver seus processos formativos no IFPR câmpus Quedas do Iguaçu.

Quando previamente detectados pela equipe pedagógica e analisado e, constatada a necessidade de adaptação curricular, são analisadas pela equipe de profissionais vinculados ao NAPNE, contendo as especificidades e características de aprendizagem do estudante e possíveis estratégias pedagógicas com vistas à efetivação da flexibilização curricular buscando promover a melhor, possível e mais qualificada aprendizagem do estudante com necessidades educacionais especiais.

Estes aspectos buscam reafirmar o compromisso do IFPR *campus* Avançado Quedas do Iguaçu com o desenvolvimento da educação como um processo promotor de desenvolvimento profissional, social, cultural. Entendendo que, para promover tais dimensões, torna-se imprescindível o entendimento do estudante como sujeito singular, dotado de capacidades e características próprias, que a instituição pode e deve entender que os processos formativos são desenvolvidos e interagem com os estudantes a partir destas características e necessidades singulares.

Neste sentido a abertura à possibilidade de atendimento educacional especializado e, em alguns casos chegando à flexibilização curricular, constitui um pilar fundamental para a promoção de uma educação emancipadora, que seja capaz de atender satisfatoriamente o conjunto dos estudantes em suas diversidades e particularidades.

2.3 Cursos e Modalidades Ofertadas no Campus

No Campus Avançado Quedas do Iguaçu são ofertados cursos de formação profissional e técnica de nível médio, na modalidade presencial, integrado ao ensino médio, e curso de pós-graduação na área de conhecimento de Educação, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e na modalidade de Educação à Distância.

2.3.1 Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio

O curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, de nível Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é ofertado na modalidade presencial com duração de no mínimo três anos. A partir de 2019, foi realizado o ajuste curricular do curso, sendo que a principal alteração foi na duração, passando de 4 anos com período matutino para 3 anos com período parcial diurno (matutino de segunda-feira à sexta-feira e vespertino nas terças-feiras e quintas-feiras).

A organização curricular do curso é proposta de maneira a formar um ser humano responsável e consciente no meio em que está inserido. Está amparada nas determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e suas atualizações; no Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96 e dá outras providências; Resolução CNE/CEB 06/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, bem como observa o que diz o Parecer CNE/CEB nº 39/2004, a Resolução 01/2005 e a Resolução CNE/CEB nº 02/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; além das determinações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação.

No âmbito institucional, está articulada aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023; no Estatuto do Instituto Federal do Paraná e demais documentos institucionais citados no texto.

É importante ressaltar que na educação profissional integrada ao Ensino Médio não há dissociação entre teoria e prática. Assim, a prática se configura não como situações ou momentos distintos do curso, mas como uma metodologia de ensino que contextualiza e põe em ação o aprendizado (Parecer

CNE/CEB N° 16/99). Portanto, essa proposta possibilita a integração entre educação básica e formação profissional, a realização de práticas interdisciplinares, assim como favorece a socialização de conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

Partindo dessa premissa, o curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio possui uma carga horária total de 3.349 horas, com duração da hora-aula de 50 (cinquenta) minutos, desenvolvido em no mínimo 3 (três) anos letivos. O curso está estruturado anualmente, organizado em componentes/áreas curriculares.

O primeiro ano estrutura-se com uma carga horária de 1.101 horas. Tem como objetivo a formação básica do aluno em componentes curriculares introdutórios, dando noções estruturantes para a formação geral, técnica e humanística, com a finalidade de instrumentalizar o educando para as outras etapas da formação acadêmica, além de proporcionar uma visão geral em relação ao curso.

O segundo ano estrutura-se com uma carga horária de 1.100 horas. Tem como objetivo a introdução de componentes curriculares necessários para a consolidação e aprimoramento da formação do técnico em informática, além de dar continuidade ao estudo de outros componentes curriculares a fim de promover uma formação educativa igualitária.

O terceiro ano estrutura-se com uma carga horária de 1.100 horas. Tem como objetivo a consolidação dos conhecimentos e aplicação do conhecimento no mercado de trabalho e cotidiano ao técnico em informática. Torna-se necessário avultar que os trabalhos com os outros componentes curriculares do núcleo comum mantêm a proposta de formação cidadã do estudante.

O estágio não-obrigatório, também previsto neste projeto do curso, é aquele desenvolvido como atividade opcional pelo aluno (Art. 2º, § 2º da Lei nº 11.788 de 25/09/2008).

Em atendimento à Lei nº 13.415/2017 e considerando o seu aproveitamento na área de conhecimento da informática e contribuição na formação do Técnico em Informática, o curso ofertará a Língua Inglesa como Língua Estrangeira Moderna obrigatória, ofertada no segundo e terceiro ano do curso. Entretanto, além da Língua Inglesa, a comunidade acadêmica optou pela oferta do componente curricular de Língua Espanhola (ofertado no primeiro ano do curso) devido à proximidade geográfica com países falantes desse idioma e sua contribuição na formação do egresso.

As ementas de cada componente curricular foram delineadas compreendendo a especificidade de cada uma delas, sem contudo, desconsiderar o exposto no parecer 32/2013 CEMTEC/DEMTEC/PROENS, que orienta sobre o trabalho com os temas transversais.

Na organização curricular do curso estão previstas atividades extraclasse que contemplem os temas transversais, como projetos, visitas técnicas, participação em eventos, palestras e campanhas socioeducativas. A promoção do diálogo entre os diversos componentes curriculares, a comunidade acadêmica e a família será instigada, estimulando a criticidade e a cidadania.

Além disso, atividades de pesquisa, extensão e inovação são promovidas e incentivadas no curso Técnico em Informática, em articulação com as atividades de ensino, visando o desenvolvimento social. Nesse sentido, há apoio à iniciação científica, a fim de despertar o interesse pela pesquisa e instigar os estudantes na busca de novos conhecimentos.

Dessa forma, tais atividades são desenvolvidas no turno oposto às aulas, de acordo com a proposta do docente responsável. Os estudantes são instigados a participar das atividades, inclusive de editais internos de seleção, sendo possibilitado bolsas para os diferentes projetos, seja de pesquisa, extensão ou inovação. De acordo com a afinidade com o projeto, os estudantes procuram pelos docentes responsáveis para participação, podendo ocorrer de forma voluntária.

A partir do desenvolvimento das atividades de pesquisa, extensão e inovação os estudantes ainda têm a oportunidade de participar de eventos científicos, artístico-culturais e desportivos, apresentando os trabalhos. Isso inclui o Seminário de Pesquisa, Inovação, Ensino e Extensão, evento local, assim como o Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação – SE²PIN do Instituto Federal do Paraná (IFPR), além da participação em outros eventos que estejam relacionados a área de atuação do curso.

No decorrer do ano letivo, essas ações serão executadas de modo a contemplar o trabalho transdisciplinar, norteadas pelos princípios da ética, da cidadania, das relações étnico-raciais, da inclusão, da cultura local, do respeito à diversidade e do desenvolvimento socioambiental.

A matrícula no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio é por série, anualmente ofertam-se 40 vagas no máximo, por meio da aprovação no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino do IFPR e tem como requisito o ensino fundamental completo.

De acordo com a 3ª Edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2016), o profissional formado no curso Técnico em Informática será capaz de instalar sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para desktop e servidores; desenvolver e documentar aplicações para desktop com acesso a web e a banco de dados; realizar manutenção de computadores; instalar e configurar redes de computadores locais.

2.3.2 Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Educação e Práticas de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação e Práticas de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental é ofertado para os profissionais da educação, com nível superior, que atuam ou tenham interesse em atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental em escolas de Educação Básica. Tem o objetivo de proporcionar aprimoramento acadêmico e profissional na área de

Educação, promovendo a reflexão, a investigação e o debate sobre temas educacionais atuais e a ressignificação de saberes de Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

De acordo com a CAPES o curso pertence ao Colégio de Humanidades, grande área de 70000000 - Ciências Humanas e área de conhecimento 70800006 - Educação, com atuação em três linhas de pesquisa:

Linha 1. Formação docente e Práticas Pedagógicas:

Essa linha de pesquisa tem por finalidade o desenvolvimento de estudos que envolvam ensino, aprendizagem e formação docente em diferentes espaços educacionais. Investiga a mediação pedagógica na construção do conhecimento, incorporando as diferentes metodologias, técnicas e estratégias de ensino-aprendizagem dos saberes para a educação básica. Além disso, se propõe a levantar reflexões que viabilizem propostas de ensino interdisciplinares.

Linha 2. Currículo e Processos Educativos:

Essa linha de pesquisa tem por finalidade o desenvolvimento de estudos que envolvam questões curriculares em diferentes tempos e espaços educativos, níveis de escolarização e modalidades de educação. Parte da compreensão de processos educativos como inerentes e decorrentes de práticas sociais situadas em ambientes não escolares e escolares. Pesquisa esses processos educativos na perspectiva de pessoas, grupos e comunidades usando de metodologias dialógicas.

Linha 3. Educação e tecnologia:

Abrange a compreensão, discussão e utilização de conhecimentos e ferramentas científico-tecnológicas que possam contribuir com o professor na resolução de problemas da realidade de sala de aula, visando à melhoria da prática docente.

O curso de pós-graduação *lato sensu* em Educação e Práticas de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental tem como pressuposto a Lei nº 9394/96, Art. 44, III e Resolução CNE/CES Nº1/2007. É caracterizado como especialização, ofertando no máximo 40 vagas por turma, em ciclos de 1 ano e meio, na modalidade presencial, com aulas duas vezes por semana, no período noturno e tem carga horária de 360 horas de atividades em componentes curriculares (obrigatório), 20 horas em Atividades de elaboração, orientação e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (obrigatório) e 25 horas de atividades complementares, totalizando 405 horas. Cada hora-aula terá a duração de 60 minutos (hora-relógio).

A organização curricular do curso é proposta de maneira a formar um ser humano responsável e consciente no meio em que está inserido. No âmbito institucional, está articulada aos pressupostos estabelecidos na Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023; no Estatuto do Instituto Federal do Paraná e demais documentos institucionais citados no texto.

Tendo estes pontos como orientadores a matriz curricular da pós-graduação *lato sensu* em Educação e Práticas de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, está organizada semestralmente, tendo os componentes curriculares e carga horária (h/r) organizados da seguinte forma:

- O 1º Semestre apresenta os componentes curriculares de Aspectos Sócio-Históricos e Políticos da Educação, com carga horária de 60h/r; Educar pela Pesquisa, com carga horária de 30h/r; e Metodologia de Pesquisa, com carga horária de 30h/r; totalizando 120h/r.
- O 2º Semestre apresenta os componentes curriculares de Fundamentos da Linguagem, com carga horária de 25h/r; Fundamentos de Ciências Humanas, com carga horária de 25h/r; Fundamentos de Ciências da Natureza, com carga horária de 25h/r; Fundamentos de Matemática, com

carga horária de 25h/r; e Seminário de Pesquisa, com carga horária de 20h/r, totalizando 120h/r.

- O 3º Semestre apresenta os componentes curriculares de Temas Contemporâneos da Educação, com carga horária de 60 h/r; Estratégias de Ensino, com carga horária de 60h/r; e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com carga horária de 20h/r, totalizando 140 h/r.

2.3.3 Curso de Formação Inicial e Continuada - 2015-2020

O campus, desde a sua criação, tem oferecido alguns cursos na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC).

Nos anos de 2013 e 2014 foram ministrados dois cursos de Operador de Computador, ao todo, foram formados 72 alunos e as aulas foram realizadas no laboratório da Escola Municipal Pinheirais. O curso contou com uma carga horária de 160 horas, sendo que o perfil profissional desejado é que seja capaz de utilizar programas básicos de computadores, aplicativos padrões utilizados pelos vários segmentos empresariais. O curso voltou a ser ofertado também nos anos de 2017 e 2018, já utilizando a estrutura do campus avançado de Quedas do Iguaçu.

No ano de 2016 outros três cursos FICs foram ofertados pela instituição. O curso de Agente de Projetos Sociais foi desenvolvido com uma carga horária de 160 horas e proporcionou aos participantes condições de atuarem junto às organizações sociais na elaboração e execução de projetos sociais, desde o levantamento de demandas, estabelecimento de metas, ações e estratégias à captação de recursos e prestação de contas. Já o curso de Agente de Combate a Endemias teve carga horária total de 240 horas e o perfil do egresso consiste especificamente em identificar, entender e transformar o perfil epidemiológico, ambiental e sanitário de sua área de atuação, planejar e executar ações de prevenção e zelar pela saúde coletiva. Ainda em 2016, o instituto propôs em parceria com o Projeto Gente o curso de Auxiliar Administrativo com carga horária total de 160 horas, ofertadas 45 vagas em período vespertino.

Em 2018 foram ofertados os cursos de Inglês básico e Espanhol básico através do Centro de Línguas (CELIF), com carga horária de 160 horas cada um, com o objetivo de formar profissionais que compreendam e usem expressões familiares e cotidianas, assim como enunciados mais simples, que visam satisfazer necessidades concretas.

2.3.4 Cursos na modalidade EAD - 2016-2019

O IFPR possui em seu organograma o Núcleo de Tecnologia e Educação a Distância (NUTEAD), responsável pela organização e oferta dos cursos na modalidade EAD nos diversos polos espalhados pelo Estado. Desde 2015 o campus avançado Quedas do Iguaçu vem se esforçando coletivamente para possibilitar a abertura e manutenção também nessa modalidade de ensino, dada sua relevância aos arranjos locais.

No ano de 2016 foram ofertados os primeiros cursos EAD no campus, a saber, os Cursos Técnicos em: Administração, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Serviços Públicos. Tendo as turmas se formado em dezembro de 2017.

Em 2018 iniciaram três novas turmas nos Cursos Técnicos em: Administração, Serviços Públicos e Segurança do Trabalho, com formatura em dezembro de 2019.

Dessa forma, o campus já formou mais de 100 discentes na modalidade EAD, contribuindo sobremaneira com a formação profissional de parte da população do município, que mesmo já possuindo formação no ensino regular puderam se especializar ou iniciar uma trajetória em uma nova profissão.

2.4 Órgãos, Setores, Atividades e Profissionais Envolvidos

O Campus Avançado Quedas do Iguaçu possui organograma institucional de acordo com a tipologia utilizada para campus avançado, que prevê o corpo pessoal com 20 docentes e 13 Técnicos Administrativos em Educação, conforme

Portaria nº 728, de 04 de agosto de 2020 de adequação da estrutura administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.

Atualmente o campus conta com 16 docentes, onde 14 são docentes efetivos e 2 são temporários, além de 8 técnicos-administrativos e 5 funcionários terceirizados, conforme apresentado nas tabelas abaixo:

Tabela 2.3: Servidores docentes e técnicos- administrativos.

Nome	Função	Formação
Ana Paula de Oliveira	Assistente de Alunos	Licenciatura em Pedagogia
André Luiz de Souza Celarino	Professor EBTT	Licenciatura em Geografia Mestrado em Geografia Doutorado em Geografia Pós-Doutorado em Geografia
Alexandre José Gontijo Spolaore	Assistente em Administração	Graduação em Medicina Veterinária
Alexandre Peres Arias	Professor substituto	Graduação em Ciência da Computação Mestrado em Tecnologia e Sociedade
Carbone Bruno Schmidt Krug	Professor EBTT	Licenciatura e Bacharelado em História Licenciatura em Matemática Especialização em Educação Especial Especialização em Ensino da Matemática Especialização em Educação à Distância Mestrado Profissional em Matemática
Charles Nascimento Tavares	Professor EBTT	Licenciatura em Letras e em Pedagogia Mestrado em Letras
Cleonice Jacob Muller	Auxiliar em Administração	Curso Técnico em Informática Licenciatura em Letras Especialização em Língua Portuguesa
Danilo Giacobbo	Professor EBTT	Graduação em Análise de Sistemas Mestrado em Informática em Saúde
Daniela Skrowonski	Pedagoga	Licenciatura em Pedagogia Especialização em Orientação Educacional Especialização em Supervisão Escolar Mestrado em Educação
Diego Mathias Desanti	Professor EBTT	Licenciatura em Matemática Mestrado Profissional em Rede Nacional - Profmat
Elaine Cristina Zotti	Assistente em Administração	Graduação em Administração de Empresas MBA em Gestão de Pessoas
Elizangela Marroque Michalichem	Técnica em Assuntos Educacionais	Graduação em Educação Física Especialização em Treinamento Esportivo e Personalizado
Flávio Endrigo Cechim	Professor EBTT	Licenciatura em Ciências Biológicas Especialização em Gestão Escolar,

		coordenação e Orientação Mestrado em Produção Animal / Zootecnia; Doutorado em Produção Vegetal/Agronomia
João Paulo Ganhor	Professor EBTT	Técnico em Eletroeletrônica Licenciatura em Física Mestrado em Educação Científica e Tecnológica
Jonathan de Paula Camargo	Professor EBTT	Licenciatura em Letras, Língua Inglesa e Literaturas da Língua Inglesa; Especialização em Ensino da Língua Inglesa Mestrado em Estudos de Linguagens
Juliana Camargo Matta	Professora EBTT	Licenciatura em Ed. Artística - Arte Visual
Kleber Augusto Michalichem	Professor EBTT	Licenciatura em Educação Física Especialização em Docência no Ensino Superior
Maria Isabel Soares Feitosa	Bibliotecária-Documentalista	Bacharel em Biblioteconomia Mestrado em Educação
Mateus José Moreira	Auxiliar em Administração	Graduação em Tecnólogo em Fotografia
Odair Moreira de Souza	Professor EBTT	Bacharel em Ciência da Computação Mestrado em Ciência da Computação - Engenharia de Software
Silvana Matucheski	Professora substituto	Licenciatura em Matemática Doutorado em Educação Matemática
Thiago Fernandes dos Santos Pereira	Professor EBTT	Graduação em Ciências Sociais Licenciatura em Pedagogia Especialização em Filosofia Moderna e Contemporânea Mestrado em Ciências Sociais
Vanderlei Borges da Silva	Professor EBTT	Graduação em Tecnologia em Informática Especialização em Redes de Computadores
Vitor Soares	Professor EBTT	Graduação em Tecnologia em Química de Produtos Naturais Licenciatura em Química Mestrado em Ciências Doutorado em Ciências Pós-Doutorado em Biotecnologia Farmacêutica
Vladson Pateneze Cunha	Professor EBTT	Licenciatura em História Especialização em História Social Mestrado em História Social

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

Tabela 2.4: Funcionários terceirizados.

Nome	Função
Cleuza Artini	Auxiliar Administrativo
Hellen Louryne Moraes Pereira De Lima	Auxiliar Administrativo

Luciana Pereira Costa	Servente de Limpeza
Marilei Durante	Porteira
Patriny Aparecida Borges da Lus	Copeira e Servente de Limpeza

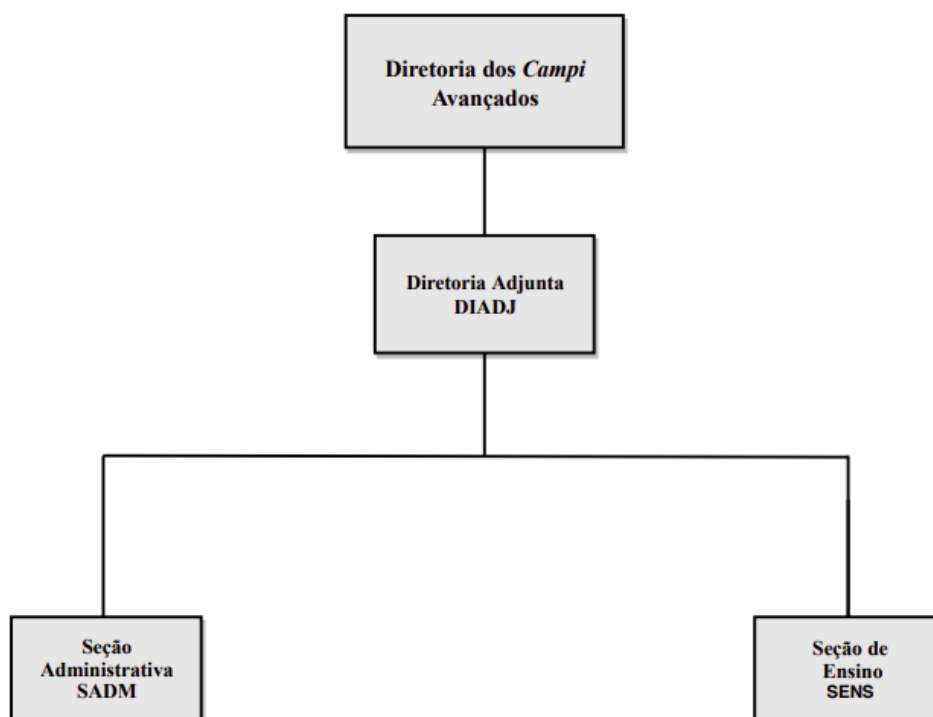
Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

Conforme Portaria MEC 246, de 15 de abril de 2016, que prevê a distribuição de cargos e funções para os campi avançados (20 docentes, 13 técnicos), o câmpus apresenta estrutura institucional diferenciada e reduzida. Dessa forma, atualmente o câmpus apresenta em seu organograma (Figura 2.2) os seguintes cargos de acordo com a Portaria nº 728:

- **Direção do câmpus:** A Direção do Campus Avançado é o órgão vinculado à administração do Campus, responsável pela integração e articulação da estrutura organizacional em consonância com as diretrizes definidas no âmbito do Campus Avançado.
- **Direção adjunta:** Sendo esta direção reponsável pela seguinte atividades: Coordenação, orientação e execução das atividades relacionadas ao planejamento, compras, contratos, logística, patrimônio, manutenção, contabilidade, orçamento, finanças, desenvolvimento, controle e avaliação na execução das políticas de ensino, pesquisa e extensão homologadas pelo CODIC e em consonância com as diretrizes emanadas do Instituto Federal do Paraná e do Ministério da Ciência e Tecnologia de acordo com as diretrizes do IFPR, estabelecidas pelas Pró-Reitorias.
- **Seção Administrativa:** Responsável pelas seguintes atividades: Execuções e controles administrativos, orçamentários e financeiros com o objetivo de atingir as metas previstas no planejamento institucional.
- **Seção de Ensino:** Esta seção é responsável por: Planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades referentes ao ensino.

- **Coordenação de Curso Técnico em Informática:** Responsável pela parte acadêmica e administrativa do curso, estando vinculada diretamente à Coordenadoria de Ensino. A ela compete o acompanhamento da vida acadêmica do aluno do IFPR, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Também é responsável por responder pelo curso no âmbito do Campus, assim como contribuir para a organização curricular do Campus, assim como contribuir para a organização curricular do Campus.

Figura 2.2: Organograma do campus Avançado Quedas do Iguaçu.



Fonte: Portaria nº 728, de 04 de agosto de 2020.

2.5 Órgãos Colegiados

2.5.1 Colégio Dirigente Do Câmpus (CODIC)

O Colégio Dirigente do Câmpus (CODIC) é o órgão consultivo, propositivo, avaliativo, mobilizador e normativo de apoio técnico-político à gestão no Câmpus. Porém, devido a configuração organizacional do IFPR, os câmpus avançados reportam-se ao câmpus de origem. O Câmpus Avançado Quedas do

Iguaçu se reporta ao Câmpus Cascavel, representado pela direção geral como membro do CODIC (IFPR, 2018).

2.5.2 Colegiado de Gestão Pedagógica do Câmpus (CGPC)

O Colegiado de Gestão Pedagógica do Câmpus atua auxiliando a gestão da área pedagógica, acompanhando a execução dos processos pedagógicos no câmpus. Desta forma, auxilia o desenvolvimento institucional dentro das concepções educativas do IFPR e respeitando as diretrizes políticas educacionais vigentes, promovendo debates que possibilitem a ampla discussão e a interação com os diversos setores escolares e comunitários (IFPR, 2018). O campus avançado Quedas do Iguaçu tem como membros a Chefia da Seção de Ensino, as Coordenações de Curso, a Coordenação do NAPNE e um(a) pedagogo(a) no Colegiado geral.

2.5.3 Colegiados de Cursos

Estes órgãos são de ordem consultiva e deliberativa do Câmpus, devem ser desta forma, participativos em assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar. Cada curso constituirá o seu e dentro de sua atribuição deverá trabalhar para o desenvolvimento e fortalecimento do mesmo, envolvendo os segmentos da comunidade escolar nos momentos de discussão e tomadas de decisão. O colegiado contará com a participação dos professores do curso, um técnico da seção pedagógica e dois representantes discentes de cada curso, necessariamente de turmas diferentes se possível, buscando interação e a participação deste com os professores do curso. O Colegiado de Curso será coordenado por um(a) docente e na sua ausência pela Coordenação de Ensino do Câmpus. Atualmente, o campus possui o colegiado do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e o colegiado da Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e Práticas de Ensino para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

2.5.4 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023 do Instituto Federal do Paraná fazem parte dos órgãos de apoio à atividades acadêmicas:

- Colégio Dirigente do Câmpus (CODIC);
- Colegiado de Gestão Pedagógica do Câmpus (CGPC);
- Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE);
- Centro de Línguas (CELIF);
- Núcleo de Arte e Cultura (NAC);
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI);
- Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);
- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE);
 - Colegiados de Cursos;
 - Secretaria Acadêmica;
 - Biblioteca; e,
 - Ouvidoria.

2.5.5 Núcleos e Representações

- **NAPNE:** De acordo com o PDI 2019-2023, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), tem como objetivo pensar institucionalmente ações que aproximem os alunos com necessidades específicas de todos os programas, ações e outros no ambiente do IFPR, possibilitando que estes possam superar as dificuldades de aprendizagem, profissionalismo e crescimento pessoal e social. Atualmente é representado pela pedagoga e docentes do câmpus.
- **NIT:** O Núcleo de Inovação Tecnológica foi criado a partir da resolução N°6 de 23 de janeiro de 2017 como medida para incentivar a inovação através do desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas no âmbito do IFPR. Vinculado à diretoria de inovação da PROEPI, o principal objetivo do

NIT é contribuir com o desenvolvimento tecnológico e sociocultural local, regional ou nacional através do fomento à inovação, proteção à propriedade intelectual gerada no âmbito do IFPR e sua transferência à iniciativa privada.

- **NAC:** O Núcleo de Arte e Cultura (NAC) do campus, implementado pela Portaria nº 31 de 14 de maio de 2018, é um exemplo de ação que se estabeleceu, a partir de uma regulamentação do trabalho de arte e cultura a nível institucional. O NAC pauta-se no apoio e na difusão de ações culturais por meio de auxílio à execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados à arte e à cultura numa perspectiva pedagógica que contempla a inclusão, valorização às diversidades e o enfrentamento aos diversos tipos de preconceito. Os objetivos principais são aprimorar, aumentar e incluir cada vez mais nossa comunidade nas ações artísticas e culturais.
- **NEABI:** De acordo com a Resolução nº 71, de 21 de dezembro de 2018, que Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – Neabi, no âmbito do Instituto Federal do Paraná, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFPR têm o papel institucional de fomentar a formação, a produção de conhecimentos e a realização de ações que contribuam para a valorização da história, das identidades e culturas negras, africanas, afrodescendentes e dos povos originários tradicionais (etnias indígenas) no IFPR e para a superação de diferentes formas de discriminação étnico-racial. Possuem o papel de assessorar a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPi) na gestão das políticas públicas contribuindo assim com o fortalecimento, a criação e a implementação de diretrizes, metas e ações com foco nessas identidades socioculturais. Os Neabi são constituídos pelo Neabi Institucional, sob a gestão da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPi); pelo Neabi Local instituído em cada campus, subordinado às Diretorias de Ensino, Pesquisa e Extensão ou

equivalente; do qual fazem parte seus membros e respectivos representantes.

- **CELIF:** Segundo a Resolução nº 65/2017 do Conselho Superior do IFPR, o CELIF coordena as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação na área de línguas, para as comunidades interna e externa, com vistas à inclusão social, à diversidade cultural e à interculturalidade. Além disso, o CELIF deve colaborar com as ações de internacionalização do Instituto Federal do Paraná em conjunto com a área de Relações Internacionais mediante a análise e aprovação do Conselho do CELIF. Em 2018 e 2019 ofereceu cursos na modalidade FIC de espanhol e Inglês, promoveu eventos de integração, inovação e línguas, festivais culturais, ações de internacionalização de línguas, ciclo de debates e palestras sobre cultura e línguas.
- **COPE:** De acordo com a resolução nº 8/2014, o comitê de pesquisa e extensão é o órgão com o objetivo de formular, subsidiar e acompanhar os projetos de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidos no câmpus. Atualmente, possui em sua estrutura de organização quatro membros do corpo docente e um representante dos técnicos administrativos em educação.

2.6 Indicadores e Ações do Campus

2.6.1 Ensino, Pesquisa, Extensão, Artísticos, Culturais e de Inovação

No ano de 2018 o câmpus apresentava 22 projetos registrados junto ao Comitê de Pesquisa e Extensão, dos quais 6 eram projetos de extensão e 16 de pesquisa. No decorrer daquele ano os projetos de ensino, antes vinculados à seção de ensino, passaram a ser registrados também pelo Comitê, o que fez com que o número de projetos aumentasse significativamente.

Nesse sentido, ao final do ano de 2019 havia registros de 28 projetos ativos no campus, dos quais 5 eram projetos de extensão, 10 de ensino e 13 de pesquisa. Importante ressaltar que foram registradas ainda neste ano 2 ações de

extensão e outros dois projetos de ensino, que foram propostos para períodos inferiores a 1 ano e portanto não foram considerados na soma total.

Para o ano de 2020, constavam 25 registros de projetos para o primeiro semestre, dos quais, 4 são projetos de extensão, 4 de ensino, 3 de Pesquisa/Inovação e 18 de pesquisa.

Destaca-se que este é um apanhado geral dos projetos desenvolvidos no campus, alguns dos projetos relatados aqui como ensino ou extensão estavam intimamente ligados à arte e cultura, como exemplo pode-se citar projetos que trabalharam a dança (ZumbalF); o teatro (Projeto Teatro IFPR Quedas); cinema (Cine debate-IF); música (Práticas de banda: desenvolvimento musical em grupo); cultura (Jornal Informa, IFtalk podcast, O uso de jogos de interpretação de papéis - RPG - como prática pedagógica) e fotografia (Aprendendo com a fotografia).

Temas transversais também foram contemplados por alguns projetos como as questões de gênero, pluralidade cultural, orientação sexual e, mais recentemente, neologismos contidos em populações indígenas da região.

Portanto, neste triênio 2018-2020 percebe-se que há uma pluralidade marcante nos projetos desenvolvidos no campus, que tem como objetivo abarcar um amplo leque de áreas do conhecimento com especial atenção aos arranjos locais.

O Quadro 2.1 indica em termos quantitativos o total de produções científicas, culturais, artísticas e tecnológicas no âmbito do IFPR *Campus* Avançado Quedas do Iguaçu. Destacam-se as produções divulgadas através da publicação de resumos em anais de eventos nacionais, bem como em periódicos e trabalhos completos publicados em anais de eventos nacionais. A atual administração do *Campus* tem trabalhado continuamente na reestruturação de ambientes, bem como na aquisição de equipamentos necessários para o desenvolvimento científico e tecnológico, recursos humanos e no incentivo à qualificação dos seus servidores, docentes e técnicos.

Quadro 2.1: Produção científica, cultural, artística e tecnológica.

Produção científica, cultural, artística e tecnológica do Campus Avançado Quedas do Iguaçu (2018-2020)	
Periódicos	25
Trabalho completo publicado em anais de eventos internacionais	4
Trabalho completo publicado em anais de eventos nacionais	26
Resumos expandidos publicados em anais de eventos internacionais	1
Resumos expandidos publicados em anais de eventos nacionais	1
Resumos publicados em anais de eventos nacionais	89
Resumos publicados em anais de eventos internacionais	5
Livros	4
Capítulo de livros	7

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

2.6.2 Inclusão Social e Assistência Estudantil

O Instituto Federal traz como valores a Diversidade Humana e Cultural e a Inclusão Social, assim como sua visão de ser referência em educação profissional, tecnológica e científica, reconhecida pelo compromisso com a transformação social.

Em consonância com seus valores e visão e com a concepção de educação pública, inclusiva e de qualidade, o IFPR prevê, em seu processo seletivo de ingresso, reserva de vagas por cotas para candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, com deficiência, egressos de escolas públicas e de acordo com a renda familiar, conforme prevê a legislação. Assim, do total das vagas ofertadas para cada curso e turma, 20% são reservadas à ampla concorrência e 80% são destinadas às políticas de inclusão. No quadro abaixo é possível identificar quantitativo de estudantes que ingressaram pelas cotas sociais (por

renda e por escola pública), raciais (pretos, pardos ou indígenas) e pessoas com necessidades específicas.

Quadro 2.2: Quantitativo de estudantes cotistas

2016		
Sigla	Tipo de cota	Quantidade
C10	Concorrência Geral	7
S	Sorteio	34
C6	Estudante de Escola Pública +1,5	2
C3	Estudante de Escola Pública -1,5	10
AC	Ampla Concorrência	1
C1	Candidato Autodeclarado Preto ou Pardo, Escola Pública, -1,5	4
		Total
		58
2017		
Sigla	Tipo de cota	Quantidade
C1	Candidato Autodeclarado Preto ou Pardo, Escola Pública, -1,5	5
C3	Estudante de Escola Pública -1,5	8
C6	Estudante de Escola Pública +1,5	10
C7	Candidato Autodeclarado Preto ou Pardo	1
C10	Concorrência Geral	14
AC	Ampla Concorrência	1
C4	Candidato Autodeclarado Preto ou Pardo, Escola Pública, +1,5	2
		Total
		41
2018		
Sigla	Tipo de cota	Quantidade
C12	Ampla Concorrência	25
C4	Demais Candidatos -1,5 + escola pública	10
C8	Demais Candidatos +1,5 + escola pública	8
C2	Candidato Autodeclarado Preto ou Pardo, Escola Pública, -1,5	1
S	Sorteio Público	2
		Total
		46
2019		
Sigla	Tipo de cota	Quantidade
C4	Demais Candidatos -1,5 + escola pública	15
AC	Concorrência Geral	22
C8	Demais Candidatos +1,5 + escola pública	4

C9	Candidato Autodeclarado Preto ou Pardo	1
		Total
		42
	2020	
Sigla	Tipo de cota	Quantidade
AC	Concorrência Geral	16
C2	Estudante de Escola Pública, -1,5, autodeclarado preto, pardo ou indígena.	3
C4	Demais Candidatos -1,5 + escola pública	11
C6	Estudante de Escola Pública +1,5, autodeclarado preto, pardo ou indígena.	2
C9	Candidato Autodeclarado Preto ou Pardo	2
C8	Demais Candidatos +1,5 + escola pública	9
		Total
		43
	2021	
Sigla	Tipo de cota	Quantidade
AC	Ampla concorrência, sorteio público	40
		Total
		40

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

No que compete às ações que o campus desenvolve para a visibilidade das cotas representativas do processo seletivo, bem como para incluir a todos, objetivando viabilizar a aprendizagem e êxito dos estudantes, destacamos:

- Divulgação das diferentes cotas de ingresso no campus em eventos institucionais; escolas estaduais e particular, núcleo regional de educação, redes oficiais de comunicação do campus, principalmente quando o processo seletivo está com inscrições abertas;
- Acompanhamento acadêmico dos estudantes cotistas, por parte do Napne e Seção de Ensino;
- Encaminhamento para os serviços públicos de saúde do município, nos caso de estudantes em que houver necessidade;
- Adaptações e flexibilização curricular, no caso de estudantes com necessidades educacionais específicas;

- Incentivo à participação dos estudantes em projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação do campus;
- Orientação quanto à possibilidade de inscrição em programas e ações da Assistência Estudantil;
- Execução do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Incentivo às ações do núcleos institucionais (NEABI e NAPNE);
- Orientação de organização e estudo para estudantes ingressantes;
- Reuniões de formação para servidores do campus e responsáveis legais.

Ademais, há outras oportunidades ofertadas, por meio de bolsas do programa de assistência estudantil, que têm apoiado o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda no IFPR, viabilizando a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, o que é efetivado por meio do Decreto nº 7234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

A assistência estudantil é compreendida no IFPR como um conjunto de ações e programas, implantados pela Diretoria de Assuntos Estudantis – DAES, da Pró-Reitoria de Ensino – PROENS, através da Coordenadoria de Assistência Estudantil – CAES, voltados ao estudante, para garantir seu acesso, permanência e êxito no Instituto Federal do Paraná – IFPR. Esses programas, em sua maioria, são voltados àqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Para participação nos programas, são priorizados os estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, sendo que o principal indicador, sem prejuízo de outros fatores sociais e econômicos, é o critério de renda estabelecido legalmente em um salário mínimo e meio per capita. Isto é, a renda total do núcleo familiar, dividida por seu número de membros deve ser menor do que este valor indicado.

Dentre os programas ofertados, por meio da Política de Assistência Estudantil do IFPR, estão o Programa de Assistência Complementar ao Estudante - PACE, o Programa Estudante Atleta - PEA, o Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social - PBIS, o Programa Monitoria, o Programa de Apoio à Participação de Eventos Estudantis e o Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. E, em 2020/2021, devido à situação de excepcionalidade vivenciada pela pandemia do Covid-19, o IFPR tem ofertado o Programa de Auxílio a Situações Emergenciais (PRASE) e o Programa de Inclusão Digital (PRODIGI).

Programa de Assistência Complementar ao Estudante - PACE

Visa garantir que as políticas de inclusão e permanência sejam cumpridas. O programa PACE busca auxiliar o estudante nas despesas decorrentes com: alimentação, transporte, moradia, aquisição de material didático, dentre outros. Deste modo, visa oportunizar ao máximo a qualidade de vida e condições para um aprendizado de sucesso e êxito na sua formação acadêmica e profissional.

Programa Estudante Atleta - PEA

O auxílio tem como foco promover a participação dos alunos do IFPR em eventos esportivos de modo a propiciar o estímulo e a prática de atividades saudáveis conciliadas ao convívio social.

Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social - PBIS

Tem como objetivo instigar o estudante a desenvolver senso crítico de modo a contribuir para os meios social, cultural, educacional, profissional e econômico de maneira a torná-lo agente transformador da sociedade. Para tanto, o estudante é instigado a colocar em prática os conhecimentos adquiridos de modo a desenvolver a pesquisa, abrindo oportunidade para a apresentação

dos resultados em seminários, simpósios, exposições, feiras de entretenimento, ciência e etc.

Programa Monitoria

Destina-se ao auxílio da compreensão de componentes curriculares específicos de modo a envolver e estimular estudantes a desenvolver atividades com a comunidade discente de modo a fortalecer a aprendizagem e superar obstáculos. De outro modo, busca estimular também o interesse dos alunos tutores pela docência.

Programa de Apoio à Participação de Eventos Estudantis

Tem como foco a formação social e profissional do estudante de modo a garantir-lhe o acesso/ a participação em eventos políticos, acadêmicos, esportivos e culturais. Para tanto, o programa custeia despesas com alimentação, hospedagem, taxa de inscrição e deslocamento de estudantes.

Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA

Proporciona condições para o início, a continuidade, e a conclusão do curso. Regido anualmente por edital específico, vem auxiliar o estudante nas despesas decorrentes com: alimentação, transporte, moradia, aquisição de material didático, dentre outros. O PROEJA é voltado exclusivamente aos estudantes matriculados nesta modalidade de ensino.

Programa de Auxílio a Situações Emergenciais (PRASE)

O programa, constituído pela Resolução nº 07, de 16 de abril de 2020, consiste na concessão de auxílio aos estudantes que estejam em situação emergencial. Para recebimento, o estudante deve atender aos requisitos previstos no edital. A concessão de auxílios do PRASE é voltada aos estudantes que foram contemplados pelo Programa de Auxílio Complementar ao Estudante (Pace), dentro do número de auxílios destinado ao campus.

Programa de Inclusão Digital (PRODIGI)

O PRODIGI foi instituído pela Resolução nº 30, de 29 de setembro de 2020, consistindo em um conjunto de ações institucionais articuladas com a finalidade de prover aos estudantes ferramentas digitais necessárias ao processo de ensino aprendizagem no contexto da pandemia do covid-19. O programa auxilia os estudantes por meio de ajuda financeira para fins de custear parcialmente despesas com aquisição de equipamentos, fornecimento de acesso à internet móvel e empréstimo de celulares, computadores ou tablets.

Cada programa da assistência estudantil tem regulamentação e editais específicos, visando à normatização dos benefícios contidos na Política de Assistência Estudantil. Os programas e projetos são definidos conforme legislação vigente, podendo ser criados e/ou extintos quando necessários, de acordo com a matriz orçamentária aprovada pelo IFPR.

Assim, entendemos que os programas da Assistência Estudantil ofertados corroboram para afirmar e cumprir o compromisso com a Política de Assistência Estudantil do IFPR, de forma a dar condições para permanência e êxito aos nossos estudantes. No Quadro 2.6, apresenta-se os dados dos Programas de Assistência Estudantil ofertados pelo campus avançado Quedas do Iguaçu entre os anos de 2018 a 2020.

Quadro 2.3: Dados dos Programas de Assistência Estudantil - Quedas do Iguaçu

PROGRAMA	NÚMERO DE ESTUDANTES ATENDIDOS		
	2018	2019	2020
PACE	24	46	22
PRASE	--	--	24
PRODIGI	--	--	08
PEA*	1	1	--
PBIS*	1	1	--
MONITORIA*	1	0	--
AUXÍLIO A EVENTOS**	--	62	--

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

*Em 2020, os editais em vigência, assim como aqueles que seriam publicados, foram cancelados em virtude da suspensão das atividades acadêmicas e administrativas no âmbito do IFPR devido à pandemia da Covid-19.

** Até o ano de 2018 o auxílio a eventos para estudantes era centralizado na Diretoria de Assuntos Estudantis – DAES, da Pró-Reitoria de Ensino – PROENS. Participações atendidas, o aluno pode ter participado de mais de um evento com o recurso. Edital suspenso em 2020 devido à pandemia do Covid-19.

2.6.3 Comissão Própria de Avaliação – CPA

O Campus avançado Quedas do Iguaçu tem um representante na Comissão Própria de Avaliação – CPA do IFPR, sendo que no Campus é responsável pela implantação e desenvolvimento de processos de autoavaliação institucional no IFPR (IFPR, 2018). A CPA utiliza questionários de pesquisas ou outras ferramentas para levantamento das áreas e os setores que precisam de planejamento educacional e melhorias.

2.6.4 Observatório da Convivência

O Observatório da Convivência do IFPR é um espaço de investigação e de estudo permanente do clima escolar do IFPR, considerando as dimensões: dados sociodemográficos, clima escolar, ensino-aprendizagem, respeito à diversidade, saúde mental e emocional, e suporte social. Tem como objetivos:

- Promover e sugerir ações que assegurem que os ambientes escolares do IFPR sejam acolhedores, seguros, confiáveis, justos e saudáveis;
- Propor estratégias para reconhecer e tratar conflitos;
- Melhorar as relações entre estudantes e profissionais da educação.

Participa toda a comunidade escolar do IFPR: estudantes, professoras(es), técnicas(os), pais e responsáveis.

Nesse sentido, a comissão local organizou a aplicação de questionário destinado à coleta de informações sobre o clima escolar no ano de 2019.

Participaram desta etapa de diagnóstico 65 (sessenta e cinco) estudantes das turmas do curso técnico em informática integrado ao ensino médio.

2.6.5 Internacionalização

Como parte das ações de internacionalização no Campus, em consonância com a Resolução N° 11, de 11 de junho de 2019, que institui a política linguística no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná:

- considerando as características linguísticas e culturais das regiões de abrangência e os princípios do IFPR que defendem o respeito à pluralidade e à diversidade cultural;
- e considerando, também, a necessidade de uma política linguística que atenda às exigências das políticas públicas de fomento à internacionalização e a promoção da aprendizagem de línguas estrangeiras, numa perspectiva plurilingue.

Foram realizadas ações por meio de eventos, como o Festival Intercultural: ação cultural realizada pelo Centro de Línguas – CELIF do campus, para encerrar as atividades de 2018. As professoras, que atuavam no CELIF Quedas, Claudia Candido (Port/Inglês), Lediane Manfé (Port/Inglês) e Millene Guimarães (Port/Espanhol), promoveram a integração de línguas e culturas. O evento pretendeu trazer a visão da diversidade cultural na aprendizagem das línguas materna e estrangeira. Os alunos se dividiram em grupos em que realizaram apresentações culturais, de diversos gêneros, sobre países, como: Moçambique, Brasil, Irlanda, Peru, Nova Zelândia, Argentina, Polônia e Japão.

Nesse sentido, foi realizado também I Integra IF, o evento, realizado em 26/09/2018, foi promovido pelo CELIF do campus de Quedas do Iguaçu e englobou três áreas em crescente desenvolvimento no âmbito do IFPR: ensino de línguas, internacionalização e inovação tecnológica.

Nos anos de 2018 e 2019, foram realizadas aplicações do teste ToEIC/Bridge para estudantes do curso técnico em informática integrado ao

ensino médio. As aplicações do teste fazem parte das ações do Idiomas sem Fronteiras, cujo objetivo é ampliar o acesso dos candidatos a programas de intercâmbio, oferecendo oportunidades de aprendizagem de língua inglesa nas instituições de ensino superior brasileiras. Além disso, o teste é uma forma justa e objetiva para aferição do nível de proficiência em Inglês, que vai do nível iniciante ao pré-intermediário. O teste TOEIC Bridge permitirá ao candidato verificar o nível atual e real de proficiência em inglês, bem como monitorar o seu progresso e definir suas próprias metas de aprendizado.

Por meio de seu Centro de Línguas (CELIF), foram oferecidas turmas no formato Curso de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional (FIC) nas línguas Inglês e Espanhol, nível básico. Conforme Guia Pronatec de Cursos FIC (2016), os cursos pretenderam formar um profissional que compreenda e use expressões familiares e cotidianas, assim como enunciados muito simples, que visam satisfazer necessidades concretas. Os cursos contaram com uma carga horária de 160 horas e duração de 12 meses no ano de 2018.

2.7 Organização Estudantil

A representatividade estudantil e o amplo envolvimento da comunidade discente nas tomadas de decisões e problemáticas que envolvem o campus são aspectos indispensáveis do cotidiano escolar, da formação acadêmica e pessoal de todos envolvidos, além de ser requisito básico para a implementação de uma gestão democrática real e significativa. O direito à organização de grêmios e entidades estudantis está assegurado pela Lei nº 7.398 de 1985 (BRASIL, 1985), que se configurou como uma importante conquista social no período de redemocratização em nosso país. Atualmente, esse direito está fortemente estabelecido e resguardado por diversas legislações que tangenciam os processos educacionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90 – que em seu artigo 53, inciso IV, faz menção ao “direito de organização e participação em entidades estudantis” (BRASIL, 1990a) e na Convenção Sobre os Direitos da Criança da ONU – ratificado pelo Decreto nº 99.710/90 – onde é possível destacar seu art. 12:

Os Estados Partes assegurarão à criança que estiver capacitada a formular seus próprios juízos o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados com a criança, levando-se devidamente em consideração essas opiniões, em função da idade e maturidade da criança (BRASIL, 1990b, s/n).

No que tange os Institutos Federais, a própria Lei 11.892/08 (BRASIL, 2008) que institui a Rede Federal já garante a representação discente nos espaços deliberativos, incluindo em seu art. 10, parágrafo 3º, a participação paritária inclusive no Conselho Superior (CONSUP). Paralelamente, o Regimento Interno do IFPR, aprovado pela Resolução 8/2014 (IFPR, 2014), assegura a participação discente direta em ao menos dois espaços colegiados: *i*) no CODIC (Colégio de Dirigentes do Campus) com dois representantes, sendo um do ensino superior, se possível (art. 6º, parágrafo 3º, inciso VII); *ii*) nos Colegiados de Curso, com dois representantes de turmas distintas (art. 25, inciso III).

Em relação ao CODIC, não possuímos representação discente por se tratar de um campus avançado e, conseqüentemente não apresentar esse órgão em seu organograma. Dessa forma, estamos vinculados ao colégio do campus sede e a representação se limita ao Diretor Geral de nosso campus. Esse ponto com certeza merece maior atenção e reflexões quanto às possíveis fragilidades que pode desencadear para a comunidade acadêmica. Além de ressaltar a importância de mobilização e diálogo entre as comunidades discentes dos campus avançados e seus respectivos campus sede, como uma forma de aproximar os alunos às dimensões deliberativas da instituição, não suprimindo esse direito no decorrer de seu percurso formativo. Quanto ao Colegiado de Curso, no ano de 2018 foram eleitos dois representantes por parte da comunidade acadêmica, que possuem a garantia de presença nos encontros do Colegiado por um mandato de dois anos.

Importante destacar que além das formas de representação estudantil formais e institucionais, são também indispensáveis as mobilizações próprias e autônomas dos estudantes, que proporcionam momentos de reflexão quanto ao seu ambiente e as relações nele desenvolvidas, contribuindo com o engajamento

nas questões centrais que envolvem o campus. O Grêmio Estudantil talvez se configure como um dos espaços mais profícuos para tal, tendo sido eleita a primeira chapa no campus no ano de 2018.

Além de todas potencialidades formativas e emancipatórias que envolvem o grêmio e a representação estudantil em geral, alguns autores têm apontado que a participação nessas instâncias pode contribuir na redução dos índices de evasão e reprovação nos espaços escolares, como efeito positivo do sentimento de pertencimento e envolvimento com as problemáticas que formam a convivência cotidiana (RODRIGUES, 2013; SILVA *et al.*, 2019). Assunto que será abordado no tópico a seguir.

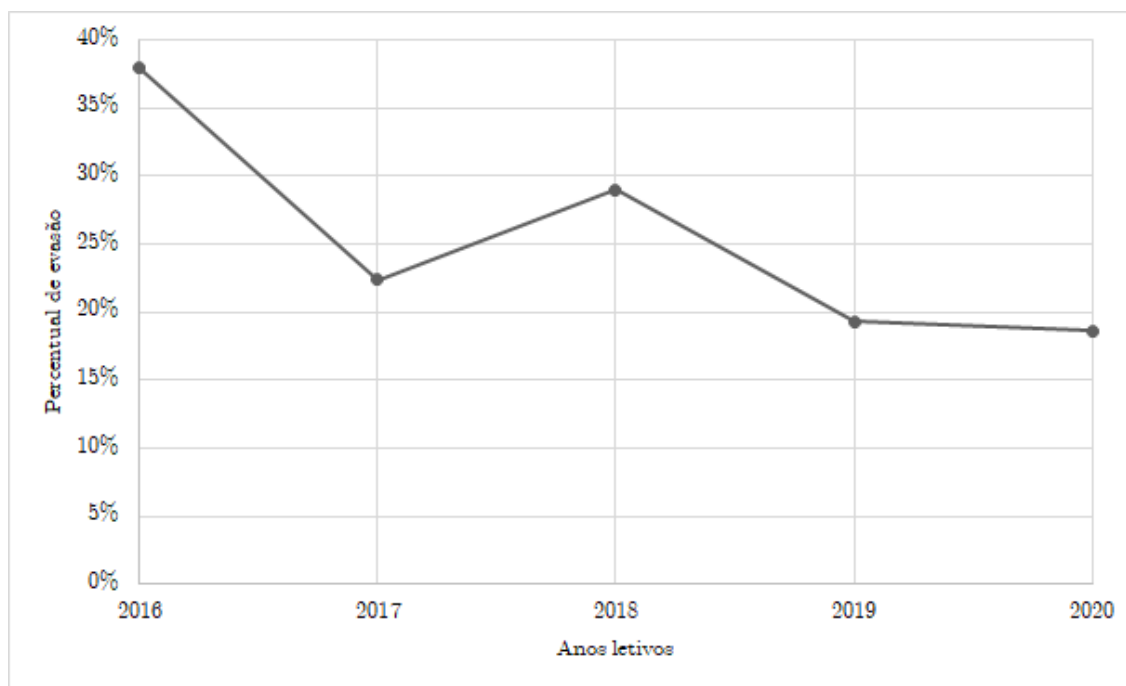
2.8 Permanência, Êxito, Dependências e Reprovações

As problemáticas relacionadas à permanência e evasão estudantil estão constantemente presentes nas reflexões da comunidade acadêmica e configuram-se como elementos centrais para a real efetivação de um projeto educacional inclusivo e de uma educação pública, gratuita e de qualidade, pois, concordamos com Dore e Lüscher (2011) ao apontarem que “a evasão na escola média geral ou na modalidade profissionalizante vincula-se ao maior ou menor grau de democratização do acesso da população a esse nível de ensino” (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 775). Especificamente em relação ao ensino técnico, esses autores ressaltam que:

A bibliografia sobre a evasão escolar aponta, ainda, que sua ocorrência na educação técnica é uma das razões mais significativas para a baixa qualificação e habilitação profissionais apresentadas pelos jovens em suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho (DORE; LÜSCHER, 2011, p. 777).

O Gráfico 2.1 a seguir ilustra os percentuais de evasão apresentados pelo campus em cada um de seus anos letivos de funcionamento.

Gráfico 2.1: Percentuais de evasão no decorrer dos anos.



Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

A primeira turma de nosso campus foi a que apresentou maiores índices de evasão, o que é de alguma forma compreensível dadas as dificuldades e incertezas que permeiam o processo de abertura e início de funcionamento da instituição e do curso ofertado no município.

Os dados indicam uma significativa redução nos índices de evasão e a curva apresenta um claro perfil de queda. A taxa média de evasão do campus é igual a aproximadamente 25%, considerando todas matrículas e cancelamentos/transferências desde a primeira turma, em 2016, até o fim do ano letivo de 2020. Nos últimos anos as taxas de evasão têm estado abaixo da média geral.

Importante destacar também que os dados referentes à 2020 estão fortemente impactados pelos efeitos diversos da pandemia de Covid-19, que ainda assola, principalmente, o nosso país. As demandas e dificuldades que se colocaram no desenvolvimento escolar dos discentes são inúmeras e se refletem, por exemplo, no número de reprovações observado, como ilustrado a

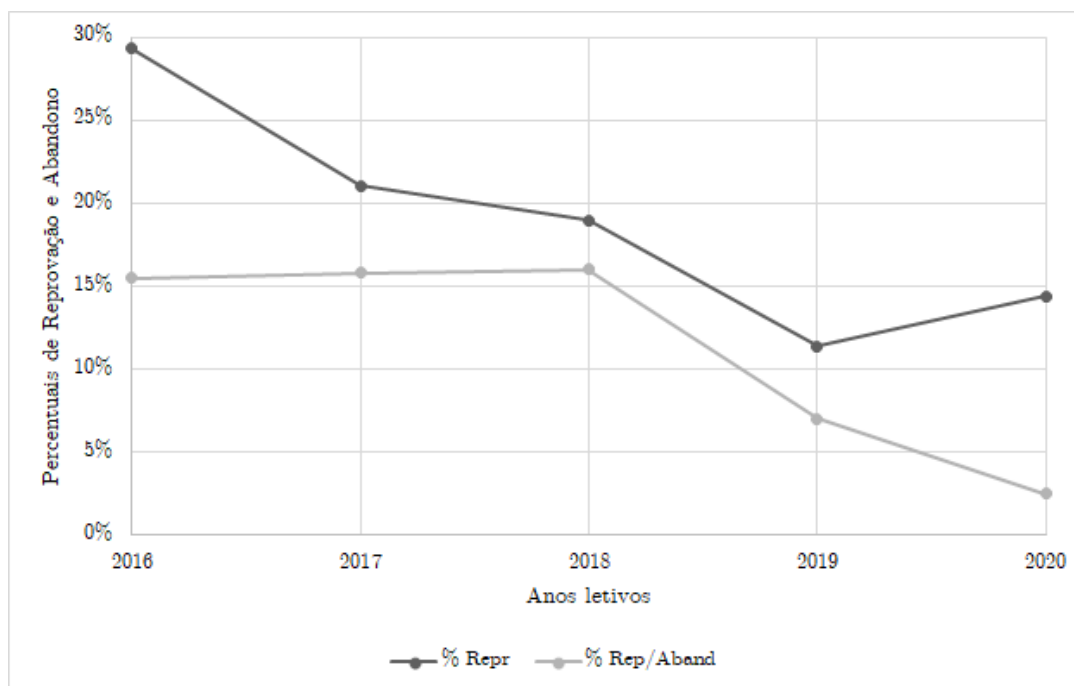
seguir. Por outro lado, os dados de transferências e abandonos não se alteraram significativamente, o que pode ser resultado das diversas estratégias e políticas de auxílio proporcionadas pela Rede Federal durante esse período.

Tudo isso são ótimos indícios e ressaltam as conquistas das ações implementadas pela instituição no sentido de ampliar os percentuais de permanência. Entretanto, apontam também para dimensões que precisam ser intensificadas nas ações do campus, no intuito de reduzir ainda mais os índices de evasão de estudantes. Assim, o desafio posto é o de aprimorar nossas formas de interpretação e compreensão das causas que têm levado à evasão, garantindo, assim, não apenas um acesso socialmente inclusivo às instituições públicas de educação de qualidade, mas principalmente a permanência efetiva das diversas frações das classes sociais que compõem nosso país e destacadamente a região em que estamos situados.

Apresentaremos a seguir os dados e análises relacionados aos índices de reprovações dos estudantes em nosso campus, acreditando que isso é imprescindível para uma melhor compreensão dos êxitos obtidos em seus percursos escolares e refletem a qualidade e efetividade do processo educativo que vem sendo ofertado.

O gráfico 2.2 a seguir indica os percentuais de reprovação em séries no decorrer dos anos. Ressalta-se que estão consideradas apenas as reprovações nas séries que compõem o curso e não as reprovações em componentes curriculares, nos quais os estudantes retidos progridem de série e realizam novamente no ano seguinte os componentes em que não obtiveram aprovação (regime de progressão). A curva cinza escuro representa os índices de reprovação em séries de estudantes que permaneceram na instituição. Já a cinza claro, representa os percentuais de estudantes que foram reprovados em determinada série e deixaram a instituição.

Gráfico 2.2: Percentuais de reprovação no decorrer dos anos.



Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

Assim como os índices gerais de evasão, as taxas de reprovação vêm apresentando significativas melhoras, com claro indicativo de queda nos últimos anos. O que reflete todo o esforço da instituição e de sua comunidade na oferta de suportes formativos que auxiliem os estudantes a progredirem em seus êxitos acadêmicos.

A taxa média de reprovação do campus é igual a 19% em séries (%Rep) e 10% em séries seguidas de abandono (%Rep/Aband), considerando todas as reprovações/abandono desde a primeira turma, em 2016, até o ano de 2020. Importante notar que nos últimos anos os percentuais de reprovação estão abaixo da média geral, reforçando a perspectiva de melhora que o campus vem obtendo. Não obstante, ressaltamos novamente o impacto da pandemia no último ano analisado, onde se observa um novo aumento na taxa de reprovação, porém, contrastada à uma redução nas transferências subsequentes a reprovações.

2.9 Acompanhamento de Egressos

O acompanhamento dos egressos destaca-se pela sua importância como instrumento de levantamento de dados a respeito da autoavaliação institucional, da efetividade do ensino e também proporciona um panorama geral em relação ao contexto onde encontra-se a instituição. Em função das peculiaridades e da realidade local e, principalmente, em relação ao mercado de trabalho e às demandas produtivas da região de Quedas do Iguaçu-PR, o acompanhamento de egressos visa proporcionar o entendimento que a sociedade tem da própria instituição. Portanto, esse acompanhamento propicia a avaliação de uma das políticas públicas do governo federal: o ensino profissionalizante. De fato, faz-se necessário identificar quais têm sido as oportunidades dos egressos a partir da proposta de educação profissional, assim como se está atendendo às demandas da comunidade local, tendo em vista o mundo do trabalho.

Nesse sentido, vale ressaltar o objetivo definido na Lei de criação da Rede Federal de Ensino: “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008), uma vez que são os egressos que serão uma das ligações do IFPR - Campus Avançado Quedas do Iguaçu com a sociedade. Além disso, como característica inerente, os Institutos Federais devem estar em sintonia com as demandas produtivas e os diferentes setores da economia, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Para tanto, as ações que visam acompanhar os egressos, seja por meio de questionário, seja por meio de interações com os estudantes que estão cursando os cursos, buscam, principalmente, informações referentes à: *i*) nível de ocupação (na área de formação ou em outras áreas); *ii*) acesso ao ensino superior; *iii*) avaliação da formação técnica recebida. As ações planejadas representam uma proposta de intervenção de acordo com a realidade do IFPR - Câmpus Avançado Quedas do Iguaçu, no sentido de que o acompanhamento de egressos seja efetivado.

O processo de acompanhamento de egressos vem ganhando forma em nosso campus, dado que a primeira turma se formou no ano de 2019, possibilitando assim a implementação das análises necessárias. Parte dos dados já computados podem ser visualizados no tópico 2.1 do presente documento, onde são apresentadas as notas obtidas pelos egressos no ENEM de 2019.

Algumas ações estão sendo implementadas para enriquecer os olhares em relação aos egressos e sistematizar ainda mais o processo, consoante ao previsto em nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (IFPR, 2018), a saber: implementação de sistema para acompanhamento, realização de pesquisas e relatórios trienais, divulgação dos resultados das análises e criação de seção específica para os egressos na página virtual institucional. Acreditamos que tais iniciativas serão importantes nesse momento de implementação do processo, garantindo sua efetividade e contributos no sentido de fornecer retornos quanto às atividades propostas na oferta de formação dos estudantes, guiando as reflexões e atualizações dos processos de ensino.

2.10 Relação aluno/professor (RAP)

No Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023 do Instituto Federal do Paraná os principais indicadores são: Taxa de Verticalização, Índice de Titulação do Corpo Docente e Relação Aluno Professor (RAP). O indicador RAP apresenta uma projeção de 8,58 em 2018 para 23,75 em 2023, em 2019 o RAP do campus ficou em 10,63, com 162 matrículas no ano. Os indicadores completos podem ser encontrados no PDI 2019-2023 do Instituto Federal do Paraná.

Quadro 2.4: Indicadores Gerais do Campus Avançado Quedas do Iguaçu - Previsão em 2018.

Indicador	PNP 2018 Base 2017	2019	2020	2021	2022	2023
Número total de alunos	295	281	375	435	455	475
Atendimento Percentual Lei 50% Técnicos	82,70%	44,48%	49,33%	54,02%	56,04%	57,89%
Atendimento Percentual Lei 20% Licenciaturas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Atendimento Percentual Lei 10% PROEJA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Carga horária docente	40,00%	73,33%	100	100	100	100
Índice de Titulação do Corpo Docente	3,6	4,06	4,13	4,26	4,33	4,4
Relação Aluno Professor (RAP)	8,58	17,56	22,06	24,17	22,75	23,75
Número de eixos tecnológicos contemplados com os cursos superiores	0	0	0	1	1	1
Taxa de Verticalização dos Cursos	N/A	0	0	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PDI 2019-2023 (IFPR, 2018).

3. PRESSUPOSTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO CAMPUS

Se sonhamos com uma sociedade menos agressiva, menos injusta, menos violenta, mais humana, o nosso testemunho deve ser o de quem, dizendo não a qualquer possibilidade em face dos fatos, defende a capacidade do ser humano em avaliar, de compreender, de escolher, de decidir e, finalmente, de intervir no mundo.

(Paulo Freire, 2000)

O projeto político pedagógico expressa a função social da escola, suas intencionalidades sociais, culturais, históricas, profissionais e pedagógicas, com base nos princípios e finalidades da educação. Portanto, pode ser entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo (VEIGA, 1998).

No entanto, ao se construir o projeto político pedagógico faz-se necessário que a comunidade escolar realize a opção por determinado referencial teórico, no sentido de orientar e sustentar o trabalho pedagógico desenvolvido. Tal referencial constitui a dimensão político-social da educação e da instituição escolar, contribuindo para que as práticas pedagógicas sejam redimensionadas para o alcance do que foi planejado.

Sendo assim, neste tópico será apresentado as diferentes concepções que sustentam a proposta pedagógica do campus; os elementos que norteiam a educação profissional, científica e tecnológica; bem como os princípios que fundamentam a gestão educacional, tendo em vista os processos formativos almejados.

3.1 Missão do IFPR

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública, gratuita e de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, visando à

formação integral de cidadãos críticos, empreendedores, comprometidos com a sustentabilidade e com o desenvolvimento local e regional.

3.2 Visão do IFPR

Tornar-se uma instituição de referência em educação profissional, científica e tecnológica no Brasil comprometida com o desenvolvimento social.

3.3 Valores do IFPR

- Sustentabilidade
- Educação de Qualidade e Excelência
- Ética
- Inclusão Social
- Inovação
- Empreendedorismo
- Respeito às Características Regionais
- Visão Sistêmica
- Democracia
- Transparência
- Efetividade
- Qualidade de Vida
- Diversidade Humana e Cultural
- Valorização das Pessoas

3.4 Características e finalidades dos Institutos Federais

Em consonância à lei 11.892/08, art. 6º, o IFPR define suas características e finalidades, sendo as seguintes:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

3.5 Objetivos dos Institutos Federais

Como decorrência das características e das finalidades, de acordo com a lei 11.892/08, art. 7º, o IFPR apresenta os seguintes objetivos:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e,

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

3.6 Princípios dos Institutos Federais

O IFPR preza por uma formação integral, capaz de desenvolver as múltiplas dimensões do ser humano. Assim, é ancorada nos seguintes princípios:

I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV - inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;

V - compromisso com a natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;

VI - produção de conhecimento legitimado mediante a interação com a realidade. (IFPR, 2011, art. 3º).

Além disso, por ser uma instituição de ensino, respalda-se também nos princípios previstos no artigo 3º da lei nº 9.394/96, os quais têm a educação como fundamental no desenvolvimento do indivíduo.

3.7 Princípios da Gestão Democrática

A gestão democrática é estabelecida como princípio educativo na Constituição Federal de 1988 (Artigo n. 206, inciso VI), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 3º, inciso VIII) e no Plano Nacional de Educação (Meta 19). Assim, as instituições escolares devem garantir a participação efetiva da comunidade escolar na elaboração e avaliação de seus documentos, na administração de recursos e nos demais processos decisórios.

Na LDB, o artigo 14 ainda orienta que os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática de acordo com os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração da proposta pedagógica da escola e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou instâncias de participação equivalentes.

Sendo assim, ao se efetivar a gestão democrática no ambiente escolar torna-se possível analisar, discutir e refletir sobre a realidade institucional, buscando a melhor maneira de atender às demandas da comunidade escolar. Isso também oportuniza a formação de indivíduos críticos e participativos no meio social.

É nesse sentido que a construção coletiva do projeto político pedagógico recebe importância, pois se apresenta como estratégia eficaz no planejamento de ações determinadas pela comunidade escolar, considerando a realidade local e as necessidades de aprendizagem dos estudantes.

De acordo com Veiga (1998, p. 02),

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Portanto, por meio da gestão democrática visa-se a melhoria do trabalho

pedagógico desenvolvido, o que desencadeia aprendizagem para todos os sujeitos envolvidos e reforça as relações interpessoais. A descentralização do poder, na gestão democrática, é premissa básica para a busca da qualidade nos processos educativos.

Entretanto, cabe à instituição escolar promover formas de participação da comunidade escolar, a fim de que de fato cumpra-se o que determina a legislação e se efetive a gestão democrática. Isso exige a participação de toda a comunidade escolar, por meio da descentralização do poder e da revisão de atribuições específicas e gerais, o que faz com que seja necessário a instalação de conselhos ou instâncias equivalentes.

Paro (1983) sugere a instalação de processos eletivos de escolha de dirigentes, colegiados com representação de alunos, pais, associação de pais e professores, grêmio estudantil, processos coletivos de avaliação continuada dos serviços escolares etc.

Nesse sentido, o IFPR tem caminhado na busca da gestão democrática, atendendo, inclusive, o que determina a LDB no artigo 56: “As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”.

Em nosso campus, ainda precisamos avançar quanto à instituição de órgãos representativos, principalmente no que compete à participação dos estudantes e pais/responsáveis. Cabe instituir a Associação de Pais e Mestres, órgão com grande potencial para uma atuação direta e mais efetiva das famílias no processo educacional. Além disso, faz-se necessário repensar junto ao IFPR a organização de processo eleitoral para a gestão dos campi avançados, pois dada essa condição, em nosso campus ainda não ocorreu a escolha de gestores pela comunidade escolar.

Isso demonstra que enquanto instituição/campus precisamos ampliar os princípios da gestão democrática, melhorando e instituindo os órgãos

necessários de participação e descentralização do poder, o que tende a fortalecer o trabalho desenvolvido.

3.8 Princípios orientadores da prática pedagógica

A educação tem papel fundamental na transformação da sociedade, isto é, por meio de suas ações, práticas, vivências deve possibilitar a mudança das pessoas, dos grupos, das instituições. Assim, sendo a prática pedagógica processo de construção do conhecimento realizado por ambos, professor e aluno, deve oportunizar momentos em que se discutam uma série de temas, indo além dos conteúdos programáticos.

Nesse sentido, temas como Diversidades; Ética, Cidadania e Inclusão Social; Educação Ambiental; Direitos Humanos; Relações Étnico-raciais; Relações de Gênero; Educação Inclusiva; Memória, Patrimônio Artístico e Cultural; dentre outros; são fundamentais para abordagem junto aos estudantes, buscando a formação integral. Isso também pode ocorrer, dentre outras formas, por meio da articulação com programas institucionais, núcleos e outras formas de organização.

A partir disso, o campus Avançado Quedas do Iguaçu tem como princípios orientadores da prática pedagógica, em consonância com o PDI (2019-2023):

a) Diversidades: valorizar as diversidades que caracterizam os sujeitos que constituem o IFPR de modo que as diferenças sejam reconhecidas como fatores positivos para os processos educacionais desenvolvidos pela instituição.

b) Ética, Cidadania e Inclusão Social: compreender a ética como fundamental para o bom convívio social, responsabilizando-se pelas próprias ações e reconhecendo-se enquanto sujeito de direitos e deveres, capaz de transformar o meio em que se encontra inserido. Além disso, promover a inclusão social das pessoas, mantendo e acompanhando o sistema de cotas a fim de garantir o IFPR como uma instituição inclusiva, bem como propiciar bolsas de inclusão social para a permanência e êxito dos discentes em situação de

vulnerabilidade social.

c) Educação ambiental: melhorar a qualidade de vida de todos os indivíduos da sociedade por meio de ações voltadas para a conservação do meio ambiente, promovendo a gestão sustentável e a sensibilização da comunidade interna na redução de impactos ambientais.

d) Direitos humanos: promover processos de ensino e aprendizagem participativos e ativos, fundamentados na defesa e promoção dos direitos humanos.

e) Relações Étnico-raciais: formar cidadãos que valorizem as matrizes culturais de constituição do Brasil, capazes de atuar numa sociedade multicultural e pluriétnica.

f) Relações de gênero: ampliar a discussão e o reconhecimento de que existem relações desiguais entre mulheres e homens, vislumbrando formas de superação.

g) Educação Inclusiva: fomentar o respeito à diversidade, a promoção da acessibilidade arquitetônica, bem como a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação.

h) Memória, patrimônio artístico e cultural: respeitar e responsabilizar-se pela valorização da memória e patrimônio artístico e cultural, conhecendo a diversidade cultural presente na constituição da sociedade local, regional e nacional.

3.8.1 Formação Humana Integral

Pensar em uma formação humana e integral para o Instituto Federal do Paraná - Campus Avançado Quedas do Iguaçu nos remete a alguns dos pilares fundamentais estabelecidos nos documentos oficiais de criação dos Institutos Federais e nos convida a reforçar ações pedagógicas que estejam de acordo com as exigências esperadas de uma instituição pública de prestígio e comprometida

com o desenvolvimento de habilidades para além das técnicas voltadas apenas pelo mercado de trabalho moderno.

De acordo com Pacheco (2015), a formação humana na rede técnica e tecnológica de ensino perpassa pelo processo de formação para o trabalho e precisa estar intrinsecamente ligada aos modelos de educação almejados para os Institutos Federais. Nesse sentido, o autor reforça que precisamos, cada vez mais, conceber a formação humana enquanto parte fundamental para uma formação que possibilite ao seu principal envolvido, o estudante, o incentivo para compreender sua função dentro do universo do trabalho de maneira consciente das relações sociais que o rodeiam, e não apenas como um executor de funções. Assim afirma o autor:

Trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao “treinamento” para a execução de determinadas tarefas. Antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí. Essas relações ocorrem dentro de um determinado processo histórico onde o trabalho em busca da satisfação das necessidades materiais e subjetivas possibilita ao ser humano construir novos conhecimentos. (PACHECO, 2015, p. 29).

Portanto, a formação humana integral considera as relações implícitas ao mundo do trabalho, os conhecimentos científicos, ao contrário da formação por habilidades e competências, que focaliza apenas o saber fazer, ou seja, uma formação meramente instrumental. Essa última atende, prioritariamente, às demandas do mercado relacionadas ao trabalho simples, isto é, à formação de mão-de-obra operacional para o sistema produtivo. Isso corrobora para a adaptação do indivíduo à realidade dada, sem capacidade de compreensão e atuação consciente e crítica na mesma.

Tendo em vista as orientações contidas nos documentos dos Institutos Federais, o campus avançado Quedas do Iguaçu legitima a busca por uma formação humana integral, amparado no desenvolvimento de ações, práticas e experiências que a consolidem.

3.8.2 Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura

A proposta de formação integrada necessita estar amparada nos princípios da formação integral, em que o ensino contemple os diferentes conhecimentos científicos, tecnológicos, profissionais e humanos. Nesse sentido, tornam-se relevantes os eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, havendo pretensão de que sejam desenvolvidos de forma articulada no currículo.

Para Ramos (2004) o currículo integrado apresenta um núcleo básico, composto sob três princípios: trabalho, ciência e cultura. O trabalho pode ser compreendido a partir de duplo sentido: ontológico e histórico. No primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo à medida que propicia a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, visando a transformação das condições da vida humana. No segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que “coloca exigências específicas para o processo produtivo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produzido” (RAMOS, 2004, p. 47).

A concepção de ciência também está associada a esta concepção de trabalho: “conhecimentos produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, como resultados de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais” (RAMOS, 2004, p. 47). Por fim, a concepção de cultura, compreendida como as diferentes formas de criação da sociedade, de forma que o conhecimento produzido socialmente traz a marca das razões, dos problemas e das dúvidas que motivaram seu avanço social.

Nesse sentido, articular esses eixos representa superar, no âmbito da educação profissional e tecnológica, a dicotomia que historicamente caracterizou a formação geral e profissional. Para Pacheco também representa a busca de soluções para os problemas do seu tempo no sentido de progresso da sociedade.

Os Institutos Federais, em sua concepção, reúnem

trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico das sociedades. As novas formas de relação entre conhecimento, produção e relações sociais demandam o domínio integrado de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. A ciência deve estar a serviço do ser humano e a comunicação da produção do seu conhecimento é premissa básica para o progresso (PACHECO, 2015, p. 26).

Logo, o campus avançado Quedas do Iguaçu adota na organização dos seus cursos os eixos trabalho, ciência, tecnologia e cultura, essenciais para um processo formativo integral dos estudantes.

3.8.3 O Trabalho como Princípio Educativo

A partir da união entre trabalho e educação torna-se possível a formação dos trabalhadores, uma vez que passam a ter condições para compreender o processo produtivo, deixando de ser meros produtores de mercadoria ou a própria mercadoria. Destaca-se o trabalho como princípio educativo como primordial na constituição do ser humano, pois visa superar a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e a auxiliar na compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos. Assim,

O trabalho é princípio educativo porque é através dele que o ser humano produz a si mesmo, produz a resposta às necessidades básicas, imperativas, como ser da natureza (mundo da necessidade), mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade) (FRIGOTTO, 2009, p.72).

Portanto, o trabalho é um dos princípios da formação do homem, sendo necessário sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura para a base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular.

3.8.4 A Pesquisa como Princípio Educativo

A Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, instituída por meio da Lei nº 11.892/2008, possui como uma de suas principais finalidades assegurar ao seu corpo discente uma formação profissional integrada, permeada pela educação científica e tecnológica, promovendo programas de estímulo à realização de pesquisa científica desde a educação básica até os níveis da

educação superior. Essa rede possui mais de uma década de atuação e vem se consolidando cada vez mais como instituição científica no cenário educacional brasileiro, ao demonstrar altos índices de seus egressos em aprovações em exames vestibulares, trazendo visibilidade para a educação profissional local no âmbito da pesquisa, ensino e extensão.

Nesse sentido a pesquisa interligada ao ensino e como base fundamental para o desenvolvimento da extensão, traz as possibilidades de inserção dos estudantes da educação básica no contexto científico e tecnológico, além do fomento à produção acadêmica por parte da educação básica como princípio de colaboração e atuação social. Ao discutir a produção de conhecimento no âmbito da educação básica, Ramos (2014), coloca a pesquisa como princípio pedagógico intimamente relacionado ao princípio educativo, visto que a partir de uma proposta integrada contribui para a formação crítica e autônoma por parte do corpo discente ao entender-se como corpo atuante no mundo e por sua vez, atuando e agindo por meio do trabalho transformar o meio em que vive em função das necessidades coletivas da humanidade ao passo que pensa também a preservação natural para as gerações atuais e futuras.

Tratando da pesquisa para contribuição na formação dos alunos, Demo (2010, p. 20) comenta que “[...] quando o aluno aprende a lidar com método, a planejar e a executar pesquisa, a argumentar e a contra-argumentar, a fundamentar com a autoridade do argumento, não está só “fazendo ciência”, está igualmente construindo a cidadania que sabe pensar”.

Desse modo, entendemos a pesquisa como trabalho de produção do conhecimento, o que tem sido fundamental no processo formativo dos estudantes, sendo necessário fomentar práticas nessa perspectiva.

3.8.5 A Relação Parte-Totalidade na Proposta Curricular

Ao trabalharmos com a educação profissional integrada ao ensino médio temos a convicção de que faz-se necessária a integração entre formação geral e profissional. Isso permite que o conhecimento seja construído com mais

significado ao estudante, oportunizando uma visão global da realidade. Assim, a relação entre o todo e as partes recebe muita importância, mas requer formação aos profissionais envolvidos, uma vez que nesse contexto teoria e prática são aliadas, além da necessidade valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes, conforme expõe Kuenzer (2014).

Para que se chegue a esta compreensão na relação entre parte e totalidade, é fundamental a mediação da prática, em suas relações com a teoria, considerando que os significados vão sendo construídos através do deslocamento incessante do pensamento das primeiras e precárias abstrações que constituem o senso comum para o conhecimento elaborado através da práxis, que resulta não só da articulação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, mas também entre o indivíduo e a sociedade em um dado momento histórico. O ponto de partida, portanto, é sempre o que é conhecido, sem o que não é possível construir novos significados (KUENZER, 2014, p. 33).

Sendo assim, a relação parte-totalidade parte do princípio do que já é conhecido pelo estudante, de sua realidade sócio-cultural, a fim de que por meio das partes se chegue ao todo. Da mesma forma, a relação entre conhecimentos, fundamentos das diferentes áreas, é essencial para conhecer determinado fenômeno em suas múltiplas dimensões, permitindo associações.

Portanto, identifica-se a interdisciplinaridade “como princípio organizador do currículo e como método de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 2007, p. 52), o que vem ao encontro do que é proposto no PDI (2019-2023) do IFPR.

3.9 Conceções que sustentam a proposta pedagógica

Além dos princípios que orientam a prática pedagógica há algumas concepções que precisam ser compreendidas pela comunidade escolar, a fim de que as práticas desenvolvidas estejam alinhadas com o que o campus acredita e propõe. Logo, a clareza sobre tais concepções permite saber, numa perspectiva política, o que deve ser ensinado, quais as finalidades do conhecimento, a quem se destina e interessa. Portanto, as concepções de sociedade, ser humano, educação, escola e educação profissional, científica e tecnológica necessitam fundamentar essa compreensão, sendo apresentadas na sequência.

3.9.1 Concepção de sociedade

O IFPR - Campus Avançado Quedas do Iguaçu baseia-se numa concepção de sociedade que visa superar as desigualdades, com enfoque na transformação social, sendo pautada, portanto, na compreensão materialista dialética. Nessa visão, a sociedade é compreendida como uma realidade objetiva e social que se produz e se transforma, sendo marcada pela contradição em constante movimento. Assim, nesta perspectiva, enquanto construção histórica e cultural humana, a sociedade não é uma realidade natural, fixa e imutável, é constantemente construída pelos homens (MARX, 1979).

Para Mendonça (2013), a compreensão histórica sobre a sociedade requer compreender que ela é transitória, está em constante movimento de transformação, podendo sofrer inclusive transformações radicais de redistribuição do poder entre os grupos que a constituem e que expressam relações de poder e de dominação.

Conforme explicitado no PDI (2019-2023), a sociedade capitalista se caracteriza pela divisão em classes, sendo que uma possui os meios de produção enquanto a outra vende sua força de trabalho para sobreviver. Desta divisão decorre a divisão social do trabalho e do conhecimento. As instituições educacionais, sendo o espaço privilegiado de formação, não se isentam dos determinantes sociais e, por isso, podem contribuir para a reprodução ou para a transformação da sociedade. Na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, a classe dominada deve dispor do conhecimento historicamente produzido e fazer dele um instrumento de emancipação. Ressalta-se que a classe dominante já possui este conhecimento e faz uso dele a fim de perpetuar sua dominação.

A partir desse contexto, temos convicção de que a prática educacional é uma ação política que pode manter ou transformar as relações sociais. Por isso, nosso compromisso é com a formação dos sujeitos que constituem essa sociedade, sendo cidadãos com direito à escola pública, gratuita e de qualidade.

Da mesma forma, as ações desenvolvidas pelo campus devem buscar um projeto de sociedade incluyente, que reconhece e valoriza a diversidade dos sujeitos, seus direitos e capacidade de evolução. Almejamos a construção de uma sociedade justa, solidária, com igualdade em que os sujeitos, munidos de conhecimento, possam transformar a realidade em que estão inseridos.

3.9.2 Concepção de ser humano

O campus avançado Quedas do Iguaçu entende o ser humano como um sujeito singular, concreto, que por meio das relações sociais que estabelece com a sociedade constrói seu projeto de vida. Portanto, é um sujeito com uma história, uma cultura, com direitos, necessidades e desejos.

Também entende-se o ser humano enquanto ser social que se produz por meio do trabalho, tendo em vista a satisfação de suas necessidades. Por isso, o “ser humano é um sujeito histórico-social que precisa produzir constantemente sua existência” (PDI, 2019-2023, p. 142). Assim, em vez de se adaptar à natureza, ele adapta a natureza às suas necessidades, ele a transforma por meio do trabalho. O trabalho só pode ser realizado a partir do momento em que o homem antecipa mentalmente a finalidade da sua ação, ou seja, implica em ação intencional. Para Saviani (2007), ao mesmo tempo em que transforma sua realidade concreta, o homem se transforma pelas relações que estabelece no processo de produção, produzindo sua humanidade e alterando sua visão de mundo.

Além disso, entendemos que o ser humano necessita ser adaptado para a convivência social. A sociedade é formada pelo conjunto dos seres adaptados e socializados às regras e valores de seu grupo. Logo, a educação tem o papel de preparar os sujeitos para se tornarem sociais (DURKHEIM, 1975).

Nesse sentido, almejamos a formação de um homem consciente dos problemas sociais, capaz de tomar decisões coerentes e intervir na sociedade, visando a emancipação social. Portanto, almeja-se um homem que seja sujeito

de sua história.

3.9.3 Concepção de educação

Como instituição educadora, integrante da Rede Federal, acreditamos numa educação capaz de formar um sujeito crítico, consciente da realidade em que vive, capaz de analisar as transformações no mundo do trabalho e da necessidade da ação coletiva para a transformação social.

Assumimos, então, a concepção de educação de acordo com a perspectiva de Saviani (2003) para o qual a educação consiste em produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Trata-se, portanto, de um processo social e histórico de constituição da natureza do homem, da apreensão e produção dessa natureza cultural e social, para além dos instintos naturais de sobrevivência.

Ainda, enquanto instituição implicada na formação profissional e humanística, assumimos o compromisso coletivo com a educação que entende o trabalho como princípio educativo, na mesma perspectiva de Ramos (2004, p. 23), como o desenvolvimento de uma formação escolar ou acadêmica que não “seja para o mercado de trabalho ou para a vida”, mas sim, uma “formação pelo trabalho e na vida”, visando ao exercício da cidadania e à ascensão cultural do sujeito.

De acordo com a mesma autora (2007), uma educação dessa natureza precisa ser politécnica, de modo a propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos científicos, à cultura e ao trabalho construídos pela humanidade, considerando o trabalho no seu sentido mais amplo, como realização e produção humana e no seu sentido produtivo e econômico articulando educação básica e profissional. A educação politécnica possibilita a compreensão dos princípios científicos, tecnológicos e históricos da produção contemporânea. Assim, entendemos que formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão

das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas, articulando formação geral e específica, sem esgotar a formação ao sentido de profissionalização imediata.

Toma-se, portanto, uma proposta de formação que visa integrar a formação para o trabalho e a formação acadêmica, necessária para o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, a autonomia intelectual e a inserção cidadã na sociedade. Sendo assim, busca-se uma prática pedagógica que ultrapasse os modelos de formação fragmentada que limita o acesso ao conhecimento.

Da mesma forma, cabe destacar que a educação ocorre em todos os espaços sociais em que o sujeito encontra-se inserido, ou seja, núcleo familiar e social em interação com o contexto vivido. Para Brandão (2007, p. 10-11),

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras de trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e ao de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social, onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a inculcar – de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem.

Assim, temos o entendimento de que a educação precisa ser desenvolvida em sintonia com as demandas sociais e o mundo do trabalho, a fim de que possa-se atender aos arranjos sócio-produtivos locais e contribuir para o desenvolvimento regional. É necessária a promoção de uma educação profissional e tecnológica que seja humana, que propicie o fundamento das diferentes técnicas de produção, que abarque a totalidade dos fenômenos estudados e que garanta a participação efetiva do sujeito na vida em sociedade.

3.9.4 Concepção de escola

A escola é o espaço social responsável pela apropriação de diversos saberes, sendo que sua tarefa primordial é a difusão de conteúdos concretos e,

portanto, indissociáveis das realidades sociais. De acordo com Severino (1992, p. 13),

A escola é o lugar institucional de um projeto educacional. Isso quer dizer que ela deve instaurar-se como espaço-tempo, enquanto instância social que sirva de base mediadora e articuladora de outros dois projetos que envolvem o agir humano: de um lado, o projeto político da sociedade envolvente e, de outro lado, o projeto pessoal dos sujeitos envolvidos na educação.

Considerando a proposta da pedagogia histórico-crítica, a formação educativa se dá a partir de uma realidade que se apropria do conhecimento popular existente na formação comum do ser humano para trazê-lo ao contraponto com o saber científico, estruturado cientificamente pela escola. Daí a existência de “uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 2003, p. 18).

Para que a escola sirva aos interesses populares, ela deve garantir a todos a apropriação crítica e histórica dos conteúdos escolares básicos e que tenham relevância na vida. A aquisição de conteúdos e a socialização preparam o estudante para atuar no mundo em suas contradições.

Além disso, busca-se a perspectiva de uma escola unitária, desinteressada, conforme expõe Gramsci (1979), capaz de formar integralmente o sujeito. Essa escola deveria formar os trabalhadores de maneira integral, instrumentalizando-os para o exercício da profissão e o domínio das técnicas, dando-lhes acesso ao conhecimento geral produzido pela humanidade e preparando-os para serem os novos dirigentes da sociedade.

É nessa perspectiva que o campus avançado Quedas do Iguaçu busca trabalhar, ou seja, oferecendo formação integral aos estudantes, conjugando teoria e prática, com caráter científico e tecnológico. Uma escola que prepara o estudante para o enfrentamento das dificuldades, problemáticas sociais, enfim, uma escola que tenha poder transformador.

3.9.5 Concepção de Educação profissional, científica e tecnológica

A educação profissional, científica e tecnológica, enquanto categoria da formação integral, pressupõe o desenvolvimento do sujeito, não podendo ficar sua formação restrita à dimensão lógico-formal ou às funções ocupacionais do trabalho. Pelo contrário, ela se dá na interface dos fatores psicossociais e cognitivos, que se desenvolvem através das dimensões pedagógicas das relações sociais e produtivas, com a finalidade de criar as condições necessárias à vida em sociedade (PDI, 2019-2023).

A fim de que o sujeito possa aprender a interpretar o mundo para então transformá-lo, prima-se por uma formação comprometida com a emancipação humana, em que haja domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos, sócio históricos e culturais, necessários para superação das problemáticas sociais.

Assim, a proposta de formação integrada torna-se relevante na perspectiva de transformar as práticas culturais que historicamente fortalecem a separação entre executar e pensar, liderar ou planejar. A partir disso, a integração das dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura são fundamentais na construção de valores ético-políticos, bem como na abordagem dos conteúdos históricos e científicos.

Nesse sentido, faz-se necessário possibilitar o acesso às múltiplas dimensões do conhecimento, não priorizando a formação profissional em detrimento da formação geral. O que se idealiza é a promoção da instrumentalização intelectual e cultural, permitindo a construção do conhecimento de maneira crítica e contextualizada.

Pacheco (2011) entende a proposta de formação integrada em novos moldes, possibilitando uma nova identidade à última etapa da educação básica.

Essa proposta (formação integrada), além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho, além de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência,

a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica (PACHECO, 2011, p. 19).

Portanto, a promoção da educação profissional pelos Institutos Federais assume uma nova identidade, diferente do cunho assistencialista assumido no início do século XX, com as escolas de aprendizes e artífices. Sobre o ensino médio integrado, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p. 15) qualificam-no como “uma proposta de ‘travessia’ imposta pela realidade de milhares de jovens que têm direito ao ensino médio pleno e, ao mesmo tempo, necessitam se situar no sistema produtivo”. Os mesmos autores enfatizam a necessidade de um ensino médio integrado ao técnico que supere o dualismo, a fragmentação e o aligeiramento do ensino médio e da educação profissional para os jovens trabalhadores. Logo, a educação profissional, científica e tecnológica torna-se importante estratégia para que as classes excluídas socialmente possam ter acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade, superando a visão tradicional de formar apenas para a execução do trabalho simples.

Diante do exposto, a educação profissional, científica e tecnológica é entendida pelo campus avançado Quedas do Iguaçu como oportunidade de ampliação dos conhecimentos científicos, tecnológicos, profissionais e humanos, considerando todos os conhecimentos produzidos historicamente/socialmente. Por isso, a oferta de cursos em diversas modalidades e níveis.

3.10 Processo de ensino e aprendizagem e avaliação

O processo de ensino e aprendizagem do Instituto Federal do Paraná é normatizado pela Resolução 50/2017. Esse documento determina que tal processo de ensino e aprendizagem deve se organizar de modo a perceber os estudantes e docentes como sujeitos ativos, dotados de conhecimentos individuais, aspectos culturais, linguísticos e afetivos. Além disso, no IFPR, o ciclo do conhecimento, que pressupõe a relação entre teoria e prática, expresso na indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, deve permear o processo de ensino e aprendizagem.

Para Hoffmann (1991, p. 67), a avaliação deve ser mediadora, ou seja, um processo de aprendizado para ambos, docente e estudante.

O que pretendo introduzir neste texto é a perspectiva da ação avaliativa como uma das mediações pela qual se encorajaria a reorganização do saber. Ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando idéias, reorganizando-as.

Neste sentido, o professor deve atuar como mediador desse processo, propiciando momentos de construção de conhecimentos, viabilizados por uma proposta que não dissocie o ensino, a pesquisa e a extensão, promovendo a capacidade de entender criticamente a atuação no mundo do trabalho.

Todo o processo de ensino e aprendizagem deve ser levado em consideração na avaliação realizada pelos docentes. Portanto, a avaliação deve ter caráter diagnóstico, cumulativo e contínuo para que durante o período letivo seja possível aos docentes realizar novas programações dos conteúdos, a depender do aproveitamento por parte dos estudantes, sempre valorizando aspectos qualitativos em relação aos quantitativos (PDI, 2019-2023). Assim, isso vem ao encontro do que propõe Vasconcellos (2005, p. 46),

Deve-se avaliar para mudar o que tem que ser mudado. A avaliação deve ter efeito prático, ou seja, para o professor mudar a forma de trabalhar retomando conteúdos, explicando de outra maneira, mudando a forma de organizar o trabalho em sala de aula e dar atenção especial aos alunos que apresentam maior dificuldade; quanto à escola, proporcionar mais condições de estudo, criar espaço para recuperação, rever o currículo, incentivar a integração entre professores e desenvolver sempre alternativas para melhoria do processo de ensino e aprendizagem, envolvendo o coletivo escolar.

Tendo respaldo nos documentos normativos que regem as atividades de ensino do Instituto Federal do Paraná, o campus avançado Quedas do Iguaçu, no processo de avaliação, considera:

- I. Quem, para quê e por quê se avalia, o quê e como se avalia o processo de ensino-aprendizagem;
- II. O envolvimento da instituição, dos gestores, dos docentes, dos

técnicos administrativos em educação, dos estudantes, da família e da sociedade no processo ensino-aprendizagem;

III. A visão do estudante como um sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem com sua antecipada ciência de o que será avaliado, com as regras, critérios e instrumentos estabelecidos de forma clara e democrática;

IV. A autoavaliação por parte dos estudantes, dos docentes e da instituição; e,

V. A definição de estratégias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem mediante a discussão com os segmentos da comunidade acadêmica acerca dos resultados obtidos nos variados momentos do processo de avaliação.

Considerando o artigo 7º da Resolução nº 50/2017, o processo de avaliação de ensino-aprendizagem será:

I – diagnóstico: considera o conhecimento prévio e o construído durante o processo de ensino e aprendizagem, abrange descrição, apreciação qualitativa acerca dos resultados apresentados pelos envolvidos em diferentes etapas do processo educativo e indica avanços e entraves para intervir e agir, redefinindo ações e objetivos;

II – formativo: ocorre durante todo o processo de ensino e aprendizagem, é contínuo, interativo e centrado no processo por meio do qual o estudante (re)constrói seus conhecimentos, possibilitando esse acompanhamento, bem como fornecendo subsídios para a avaliação da própria prática docente;

III – somativo: possibilita a avaliação dos objetivos pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagem em diferentes períodos e seus dados subsidiam o replanejamento do ensino para próxima

etapa.

Para que essa proposta de avaliação seja efetivada será necessário que a organização didático-pedagógica compreenda uma diversidade de instrumentos avaliativos de tal forma que o estudante também tenha mais oportunidades de demonstrar o conhecimento adquirido. Cabe ressaltar que todas as atividades pedagógicas devem ser valorizadas, ou seja, que o processo de avaliação seja formativo, visando não só avaliar, mas sempre propiciar momentos de aprendizagem.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Transtornos do Espectro Autista, Altas Habilidades ou Superdotação, transtornos psiquiátricos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem, preferencialmente, comprovadas por meio de laudos ou pareceres da respectiva área, deverá ser organizada pelos docentes juntamente aos profissionais da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis, do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE e registrada no Plano de Trabalho do Estudante.

O Plano de Trabalho do Estudante contempla as flexibilizações necessárias e possíveis ao processo de ensino e aprendizagem e conseqüentemente da avaliação, considerando a singularidade e especificidade dos estudantes, de maneira que sejam atendidos em suas necessidades e possam avançar em seu processo de aprendizagem.

Os resultados obtidos no processo de avaliação serão expressos por conceitos: A, quando a aprendizagem for plena; B, quando for parcialmente plena; C, quando for considerada suficiente; D, quando insuficiente. Há de se observar que quando o aprendizado for considerado insuficiente, o estudante disponibilizará de auxílio para a retomada de conteúdo. Nesse sentido, os docentes do Campus Avançado Quedas do Iguaçu estão à disposição para o atendimento semanal ao estudante, de acordo com horários previamente informados pelos próprios professores. O aluno deverá comparecer ao

atendimento sempre que sentir necessidade, podendo ser também convocado pelo docente.

De acordo com a Resolução 50/2017, será obrigatoriamente oferecida recuperação de estudos como parte do processo ensino e aprendizagem na modalidade de Recuperação Contínua, que se constitui como um conjunto de ações desenvolvidas no decorrer das aulas, para a retomada de conteúdos que ainda não foram apropriados e/ou construídos pelos estudantes e de Recuperação Paralela, que se constitui como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem em busca da superação de dificuldades encontradas pelo estudante e deve envolver a recuperação de conteúdos e conceitos a ser realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo docente em horário diverso dos componentes curriculares, podendo ser presencial e/ou não presencial. A organização dos horários e a informação sobre a oferta da recuperação paralela ao estudante, especialmente aquele com dificuldade de aprendizagem, é responsabilidade do docente, bem como, é responsabilidade do estudante participar das atividades propostas. A recuperação paralela implica em novos registros acadêmicos e, quando constatada a apropriação dos conteúdos estudados, ocorrerá a mudança do resultado.

A aprovação dos estudantes ocorrerá considerando os seguintes critérios: I – obtenção de conceito A, B ou C na disciplina/ unidade curricular/ componente curricular/ área e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total no período letivo dos cursos técnicos de nível médio; II – obtenção de conceito A, B ou C na disciplina/ unidade curricular/ componente curricular/ área e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total na disciplina/ unidade curricular/ componente curricular/ área dos cursos de graduação, de pós-graduação e de qualificação profissional.

Terão direito à progressão parcial os estudantes dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma articulada integrada que obtiverem no máximo 3 (três) conceitos D em componente curricular e frequência mínima de 75% no período letivo.

Os estudantes dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma articulada integrada que obtiverem 4 (quatro) ou mais conceitos D em componentes curriculares deverão cursar novamente o período letivo.

Os estudantes dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma de oferta subsequente, na modalidade PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e no Ensino Superior que reprovarem em disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas deverão cursá-las novamente, podendo solicitar matrícula também em disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas do próximo período.

O IFPR Campus Avançado Quedas do Iguaçu acredita na avaliação mediadora (HOFFMANN, 1991), em que discentes e docentes são co-partícipes do processo, podendo reformulá-lo conforme a necessidade para que de fato a aprendizagem se efetive. A partir disso, prima-se que a avaliação tem papel fundamental para a formação do indivíduo, no sentido de não classificá-lo, mas emancipá-lo para a vida social.

3.11 Currículo

O currículo comporta todas as experiências e atividades desenvolvidas em uma instituição, sendo de extrema importância no processo educacional. Expressa o projeto formativo, cultural e educacional da instituição, apresentando uma intencionalidade em sua proposição. Portanto, está atrelado ao tipo de homem e sociedade que se deseja, exigindo clareza da instituição acerca dessas concepções. Para Silva (2007, p. 15-16),

O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que “esses conhecimentos” e não “aqueles” devem ser selecionados [...].

O currículo, nesta perspectiva, precisa ser entendido para além de uma

lista de componentes, disciplinas e conteúdos a serem desenvolvidos, embora não deixe de expressar uma seleção que contém os conteúdos do percurso formativo, a organização destes conteúdos, apresentando função regulatória, na medida em que seleciona os conteúdos e ordena tempo, espaços, métodos didáticos e de avaliação escolar (SACRISTÁN, 2013).

Vários aspectos devem ser compreendidos no currículo escolar, como: conhecimentos, valores e procedimentos, ou seja, levar o aluno a aprender, a conhecer, a fazer e a ser (DELORS, 1999). Entretanto, para que de fato o professor tenha ação pedagógica que encaminhe o aluno para o desenvolvimento esperado, é necessário que ele se utilize dos conteúdos conceituais/factuais, procedimentais e atitudinais.

No IFPR, o currículo está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano (IFPR, Resolução nº 13/2011-CONSUP).

Tratando-se da educação profissional integrada ao ensino médio, temos o entendimento da necessidade de um currículo integrado, fundamentado nos princípios da formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores, conforme propõe Ramos (2008),

A proposta de currículo integrado na perspectiva da formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores [...] defende que as aprendizagens escolares devem possibilitar à classe trabalhadora a compreensão da realidade para além de sua aparência e, assim, o desenvolvimento de condições para transformá-la em benefício das suas necessidades de classe (RAMOS, 2008, p. 115).

Ainda, de acordo com a Resolução nº 54/2011 do IFPR, os seguintes princípios devem ser observados na organização do currículo da Educação

Profissional e Técnica:

Relação entre formação geral e formação profissional; Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos; Integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura; Indissociabilidade entre educação e prática social; Trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos; Indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; Interdisciplinaridade que supere a fragmentação de conhecimentos e a segmentação da organização curricular disciplinar; Contextualização para a compreensão de significados dos conteúdos; Articulação com o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental dos territórios onde está inserido o Campus; Reconhecimento das diversidades dos sujeitos e das pessoas com deficiência; Reconhecimento das diversidades étnico-raciais, de gênero, sexuais, geracionais, regionais e culturais; Respeito à identidade de gênero de sujeitos e garantia do uso do nome social; Reconhecimento das diversas formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas que estabelecem novos paradigmas; Valorização dos temas transversais como gênero, raça, violência, sexualidade, pobreza, trabalho, inclusão, entre outros temas nos conteúdos programáticos dos respectivos componentes curriculares (IFPR, 2011).

A partir disso, temos o entendimento de que o currículo integrado vai além do estabelecimento de componentes na matriz curricular, mas se constrói a partir de atividades, ações, experiências, diálogos e projetos organizados com o intuito de integrar o conhecimento e promover a aprendizagem. Entretanto, cabe ter objetivos claros quanto à proposição de diferentes ações no currículo escolar, pois caso contrário poderá estar se negligenciando o conhecimento específico e formando um profissional generalista, tendo em vista “o risco da banalização, atribuindo a qualquer ação valor educativo do ponto de vista escolar, sem critérios claros para tal” (FERRETTI, 2014, p. 93-94).

Da mesma forma, Araujo e Frigotto (2015, p. 69) apontam alguns princípios como orientadores para a organização de um currículo integrado: “a contextualização, a interdisciplinaridade e o compromisso com a transformação social”. Entendemos, então, que o currículo integrado não pode prescindir da unidade entre os diferentes componentes curriculares, promovendo a relação e contextualização entre os conteúdos abordados, a fim da formação de um sujeito com domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos para atuação social.

Nessa perspectiva, o campus avançado Quedas do Iguaçu acredita em um

currículo capaz de formar o indivíduo de forma plena, consciente das necessidades e problemáticas de seu tempo e ao mesmo tempo interventor, primando pela emancipação social.

3.12 Pesquisa, Extensão e Inovação

A pesquisa, extensão e inovação, somadas ao ensino, constituem-se como eixos fundamentais de formação do Instituto Federal do Paraná, os quais visam a produção de conhecimentos nas diversas áreas em sintonia com as demandas de desenvolvimento local, regional e nacional. Desse modo, busca-se contribuir para uma formação humana e cidadã, oportunizando o acompanhamento dos avanços sociais e tecnológicos.

A atuação do IFPR na educação profissional e tecnológica tem visado a pesquisa, extensão e inovação, juntamente ao ensino, atendendo à lei 11892/08 e à Constituição Federal de 1988, que dispõe que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (art. 207).

Enquanto instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, compreendemos a pesquisa como um processo educativo para a investigação e o empreendedorismo, visando à inovação e à solução de problemas científicos e tecnológicos, envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino, com vistas ao desenvolvimento social, contribuindo para o progresso da ciência e tecnologia, a preservação do meio ambiente e o respeito à vida. As atividades de pesquisa têm como objetivo formar recursos humanos para a investigação, a produção, o empreendedorismo e a difusão de conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, sendo desenvolvidas em articulação com o ensino e a extensão, ao longo de toda a formação profissional (IFPR, 2011).

No contexto deste documento, entende-se pesquisa como

[...] um procedimento metodológico formal do pensamento reflexivo que

exige um tratamento científico que se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para se descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para as questões propostas, utilizando métodos científicos (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 43).

Portanto, a pesquisa consiste em toda e qualquer atividade investigativa com objetivo e metodologia definidos, ligada à aplicação de teorias ou modelos científicos na resolução de problemas de natureza social, cultural, artística, filosófica e tecnológica (IFPR, 2011). Nesse sentido, favorece a produção do conhecimento, a ampliação da ciência, possibilitando novos fundamentos científicos que auxiliarão no crescimento social, no avanço tecnológico e no desenvolvimento local e regional.

No que tange à inovação, associada à pesquisa, “consiste na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços” (IFPR, 2011, art. 39). No IFPR, a inovação é fomentada a partir da existência do Núcleo de Inovação Tecnológica, que tem vinculado um núcleo em cada campus, atendendo à exigência legal da lei 11892/08.

A extensão, por sua vez, é compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando assim, a imbricação/interação necessária à vida acadêmica (CONIF, 2013).

As ações de extensão e de interação com a sociedade constituem um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, para viabilizar uma relação transformadora entre o Instituto Federal e a sociedade. Têm como objetivo a promoção da divulgação de conhecimentos científicos, sociais, artísticos e culturais que constituem o patrimônio da humanidade, de maneira inclusiva e reconhecendo os saberes existentes, através da oferta de atividades específicas (IFPR, 2011).

Da mesma forma, a extensão pode ser compreendida como um processo interdisciplinar, capaz de promover a interação e aprendizagem entre instituições e diversos setores da sociedade. Isso agrega para a formação integral dos estudantes, que passam a ter contato com outras realidades locais contribuindo para a aprendizagem mútua.

A partir disso, a pesquisa, a extensão e a inovação têm seus objetos definidos a partir da observação dos aspectos regionais, que indicarão as aproximações e as diferenças entre os fatores de desenvolvimento como um dos pontos de partida para o planejamento das ações. Entretanto, torna-se necessário primar pela unidade entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Nesse viés, o campus avançado Quedas do Iguaçu, em sua organização curricular, prevê a articulação entre o trabalho, ciência, tecnologia e cultura, tendo na pesquisa, extensão e inovação a relação teoria e prática necessária para o processo de aprendizagem, que busca a superação da fragmentação do processo educativo.

Desse modo, a interdisciplinaridade também se faz presente, promovendo a interlocução entre os saberes das diferentes áreas do conhecimento. Assim, de acordo com o PDI 2019-2023, por “contemplar o tripé ensino/pesquisa/extensão o trabalho pedagógico desenvolvido nos institutos proporciona uma formação que articula diferentes componentes curriculares e que estabelece uma relação mais próxima com a comunidade” (p. 156).

Anualmente, o campus avançado Quedas do Iguaçu tem organizado o SEPIE²X - Seminário de Pesquisa, Inovação, Ensino e Extensão, que se constitui em um evento com o objetivo de promover as ações de pesquisa, extensão e inovação realizadas na instituição. O evento busca reunir estudantes, docentes e pesquisadores da área da educação, principalmente da educação técnica e tecnológica, para socializarem suas ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação, fomentando um espaço de aprendizagem e trocas de experiências. Concomitantemente ao SEPIE²X também ocorre a IFTECH - Feira de Inovação

Tecnológica do Instituto Federal do Paraná, oferecendo um espaço de apresentações, trocas de experiências e exposição de protótipos e produtos científicos, tecnológicos e inovadores, desenvolvidos pelos estudantes e docentes do campus e instituições participantes.

Além disso, a Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) executa diversas ações referentes ao fomento do desenvolvimento de pesquisas no IFPR, envolvendo os estudantes, estimulando-os à importância de participarem da iniciação científica enquanto acadêmicos do Instituto Federal do Paraná. Como principal evento destacamos o SE²PIN - Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação do Instituto Federal do Paraná, de realização anual, com o objetivo principal de promover o encontro da comunidade acadêmica de toda a instituição, possibilitando e estimulando a divulgação de trabalhos e a troca de experiências.

Portanto, a partir do ensino, pesquisa, extensão e inovação os estudantes têm a possibilidade de uma sólida formação, que oportuniza o ingresso imediato no mundo do trabalho e/ou a continuidade dos estudos. Isso permite depreender que tais atividades são parte importante do currículo integrado, oportunizando a ascensão social.

Da mesma forma, permitem que uma instituição de educação básica também atue na pesquisa, extensão e inovação, contribuindo para a permanente formação de pesquisadores. Assim, recebe importância a atuação dos Institutos Federais na comunidade, colaborando para a resolução de problemáticas locais.

Contudo, ainda destaca-se a necessidade de criação de condições materiais e físicas para que as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação sejam desenvolvidas de forma mais articulada e adequada no campus avançado Quedas do Iguaçu.

4. PLANEJAMENTO

Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

(Paulo Freire, 1981)

O trabalho pedagógico no campus avançado Quedas do Iguaçu acontece através da relação entre a Direção Geral; a Seção de Ensino, Pesquisa e Extensão; as Coordenações de Cursos; a Secretaria Acadêmica; a Biblioteca; os técnicos administrativos e os professores. Cada setor, bem como cada servidor, participa em conjunto da organização e materialização do trabalho geral e também pedagógico, a partir das orientações do presente Projeto Político Pedagógico, através de planejamentos, cronogramas de trabalho e dos coletivos pedagógicos realizados regularmente. A seguir, apresentamos uma descrição em pormenor da organização do trabalho do campus e do planejamento futuro do PPP, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023.

4.1 Plano de ação do campus

O plano de ação do IFPR - Campus Avançado Quedas do Iguaçu é fruto da construção coletiva com a participação da comunidade interna e externa, com o objetivo de orientar os gestores para o alcance das ações planejadas.

Esse plano apresenta metas e ações prioritárias em relação ao trabalho pedagógico, a fim de que o mesmo seja desenvolvido de forma coerente e exitosa. Assim, na sequência, apresentamos o planejamento para cada eixo de acordo com as discussões e contribuições advindas dos diferentes segmentos da comunidade escolar (estudantes, pais/responsáveis, servidores e comunidade externa).

4.1.1 Eixo Processo de Ensino e Aprendizagem

O processo de ensino e aprendizagem no campus avançado Quedas do Iguaçu ocorre por meio das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, dos eventos institucionais promovidos, das atividades extracurriculares e de ações institucionais realizadas. Procura-se aliar teoria e prática, sempre que possível, na oferta dos componentes curriculares, assim como o desenvolvimento de práticas interdisciplinares, visando o currículo integrado.

A partir das respostas obtidas pelos segmentos dos estudantes, pais/responsáveis e comunidade externa referente à formação recebida no campus e quanto ao sentimento de preparação para atuar no mercado de trabalho, temos os seguintes índices de avaliação:

- 80,0% dos estudantes responderam que sentem-se preparados para atuar no mercado de trabalho. Por outro lado, temos estudantes que não se sentem plenamente qualificados para atuar na sua área de formação, o que representa 20,0% das respostas obtidas, justificando de modo geral que os componentes curriculares técnicos são básicos para a atuação profissional e que deve-se buscar mais conhecimentos. Além disso, tem-se os estudantes que responderam não ter interesse em atuar na área de formação do curso.
- 80,0% dos pais/responsáveis avaliam como ótima a formação no campus avançado Quedas do Iguaçu, 20,0% avalia como bom. No que compete à preparação para atuar no mercado de trabalho, 81,5% acredita que os estudantes estarão preparados e 18,5% em parte.
- 73,1% dos respondentes da comunidade externa avaliam como ótima a formação no campus avançado Quedas do Iguaçu, 23,1%

como bom e 3,8% como fraca.

Tendo em vista a avaliação realizada, todos os segmentos (estudantes, pais/responsáveis, servidores e comunidade externa) sugeriram estratégias a serem desenvolvidas no eixo processo de ensino e aprendizagem. Estas estão concentradas em metas e ações dispostas a seguir (Quadro 4.1).

Quadro 4.1: Metas e ações do eixo processo de ensino e aprendizagem.

Metas	Ações
Melhorar o processo de ensino e aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar formação continuada aos servidores, contemplando especialmente aspectos relativos à metodologia e didática; - Contratar docentes para áreas sem o profissional com formação específica, como Filosofia, assim como contratar o profissional psicólogo; - Intensificar a participação de estudantes nos horários de atendimento; - Ampliar práticas interdisciplinares; - Avaliar o ajuste curricular no quesito tempo de duração do curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio; - Envolver a família, sempre que possível, nos eventos e atividades promovidos pelo campus; - Desenvolver ações referentes à importância do estudo e o papel do Instituto Federal na formação dos estudantes.
Garantir a permanência e êxito dos estudantes	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar ações de acompanhamento pedagógico docente e por parte da seção de ensino e coordenações de cursos, mantendo a comunicação constante em relação aos alunos em situação de vulnerabilidade e dificuldades de aprendizagem; - Trabalhar com os aspectos emocionais dos estudantes, por meio de parcerias com profissionais

	<p>especializados;</p> <ul style="list-style-type: none">- Realizar análises contínuas do desempenho acadêmico dos estudantes;- Realizar entrevista com o estudante e seus responsáveis antes da solicitação de transferência, identificando melhor seus motivos e auxiliando-o, se possível;- Fomentar a participação dos estudantes nas atividades extracurriculares oferecidas pelos docentes, na modalidade voluntária, desde o início do curso;- Ofertar oficinas de ambientação escolar, que contemplem as temáticas: organização do tempo de estudo, funcionamento do curso técnico, apresentação do PPC, com destaque ao campo de trabalho e o perfil do egresso;- Realizar atividades de extensão que aproximem a comunidade externa da comunidade interna, principalmente, a presença dos estudantes na comunidade, como por ex.: mostra e divulgação de cursos nas escolas estaduais, principalmente os 8º e 9º anos;- Revisar processos avaliativos nos componentes curriculares e no número de atividades propostas;- Manter e fortalecer ações já existentes como: Pré Conselho, Conselho de Classe, cursos de apoio, monitorias, atendimento acadêmico, Assistência Estudantil, projetos, plano de estudos, atividades extracurriculares, entre outros;- Incentivar práticas que promovam o estudo e a leitura, bem como a formação de perfil de estudante pesquisador;- Fortalecer o contato com os responsáveis pelos estudantes;- Ampliar a participação da família no ambiente escolar
--	--

	<p>através de ações voltadas aos pais, como cursos, eventos e grupos de estudo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover momentos que possibilitem o resgate de conhecimentos anteriores e a diminuição do déficit de aprendizagem, através de cursos e atendimentos específicos; - Promover a realização de visitas técnicas para a ampliação dos conhecimentos proporcionados em aulas teóricas; - Mediar diálogos visando a erradicação do preconceito e/ou formas de discriminação; - Implementar ações para a igualdade do desenvolvimento das atividades acadêmicas, culturais, artísticas e esportivas.
<p>Incentivar a realização de estágios ou atividades semelhantes mesmo quando a prática não seja obrigatória.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estreitar relações com empresas do município e região, possibilitando a inserção dos estudantes em estágios e/ou práticas profissionais; - Realizar estudos a fim de avaliar a possibilidade de inserção dos alunos no mercado de trabalho por meio de programas, como por exemplo, o “Jovem Aprendiz”; - Buscar conhecer as demandas regionais de modo a criar políticas e métodos de inserção no mercado de trabalho; - Promoção de oficinas/minicursos em diferentes áreas da prática profissional; - Promover visitas técnicas de modo a despertar o interesse de atuação dos alunos em diferentes áreas de trabalho.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.2 Eixo Organização Curricular

A organização curricular nos cursos do IFPR segue as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio

(Parecer CNE/CEB n. 11/2012 e Resolução CNE/CEB n. 06/2012), prevendo a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura; o trabalho e a pesquisa como princípios educativos; a extensão como parte do processo de ensino e aprendizagem; a indissociabilidade entre teoria e prática e a interdisciplinaridade, visando à superação da fragmentação entre as áreas do conhecimento (IFPR, PDI, 2019-2023). Assim, os segmentos dos estudantes e pais/responsáveis avaliaram o eixo organização curricular, sendo apresentado na sequência os resultados.

No que compete ao acompanhamento das transformações e tendências da sociedade atual, 94,4% dos estudantes avaliam que o curso atende a esta demanda. Em relação à organização dos componentes curriculares, a maioria dos estudantes avalia que a organização não está totalmente adequada, sendo 55,6% em parte, 36,7% sim e 7,8% não. Há apontamentos de sobrecarga de componentes curriculares, principalmente na matriz curricular de três anos e com o acúmulo de dependências. E, se percebem integração entre os conteúdos ministrados entre os diferentes componentes curriculares, a maioria avalia que sim, 65,6%, e 30% em parte.

Já no segmento pais/responsáveis, 53,8% considera que a organização dos componentes curriculares a cada ano está adequada, enquanto que 33,8% considera que em parte e 12,3% considera não estar adequada. A maioria dos pais/responsáveis identifica problemas na organização do curso, principalmente relacionados ao excessivo número de componentes curriculares por ano, o que acaba sobrecarregando o estudante. Outros, porém, não identificam problema algum. Também, no quesito avaliação da organização curricular, em sua maioria, 66,2% dos pais/responsáveis julgam mais adequada em 4 anos, visto que proporciona mais tempo de estudo e conseqüentemente melhor preparação acadêmica, diminuindo, inclusive, a sobrecarga de um curso de três anos.

Na sequência, apresentamos as sugestões/contribuições de todos os segmentos para o eixo, desenvolvidas na forma de metas e ações (Quadro 4.2).

Quadro 4.2: Metas e ações do eixo organização curricular.

Metas	Ações
Organizar a matriz curricular	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar práticas de interação com a comunidade, a fim de um maior conhecimento do curso e da instituição, bem como, para o alinhamento do trabalho desenvolvido de acordo com os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais; - Reavaliar a cronologia das disciplinas no curso Técnico em Informática, em virtude do ajuste curricular realizado; - Realizar pesquisa junto aos discentes, responsáveis e servidores sobre o tempo de duração do curso para a reorganização da matriz curricular, conforme necessidade diagnosticada.
Ampliar a integração entre os diferentes componentes curriculares	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar práticas interdisciplinares entre os componentes curriculares; - Maior interação entre o grupo docente, a fim de melhorar a comunicação para a oferta dos componentes curriculares e, conseqüentemente a otimização dos conteúdos trabalhados; - Desenvolver um número maior de projetos e oficinas junto aos estudantes; - Aperfeiçoar, sempre que possível, as aulas ofertadas, tornando-as mais interativas e dinâmicas; - Realizar, sempre que possível, aulas articuladas com a parte técnica do curso; - Desenvolver mais aulas práticas; - Elaborar plataformas/aplicativos digitais que auxiliem no estudo dos diferentes componentes curriculares; - Realizar reuniões periódicas para criar e desenvolver trabalhos interdisciplinares, procurando o engajamento com a área técnica do curso;

	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a articulação entre o conteúdo técnico, humanístico e cultural. - Realização de visitas técnicas para a ampliação dos conhecimentos proporcionados em aulas teóricas.
--	---

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.3 Eixo Práticas de Gestão Institucional

As práticas de gestão institucional seguem normativas internas do IFPR, que por sua vez, orientam-se a partir da legislação nacional, conforme já descrito neste documento. A gestão segue o princípio democrático, buscando a participação da comunidade escolar em todos os processos, seja na tomada de decisão, seja nas ações que são desenvolvidas no campus.

A comunidade escolar esteve avaliando as práticas de gestão institucional e, para isso, respondeu ao seguinte questionamento: “As ações de gestão e tomada de decisão são elaboradas e executadas de forma democrática e participativa no IFPR - Campus Avançado Quedas do Iguaçu?”

O segmento estudantes respondeu 73,3% sim e 26,7% em parte. Por outro lado, o segmento pais/responsáveis respondeu 52,3% sim, 21,5% em parte, e 26,2% diz não saber, o que demonstra, de acordo com este último índice, a necessidade de ampliar o conhecimento e a participação da comunidade neste quesito. Os estudantes ainda responderam se a comunidade acadêmica participa da gestão, tendo 74,4% das respostas sim e 26,6% em parte.

Além disso, houveram sugestões da comunidade escolar, contemplando todos os segmentos, descritas na sequência e dispostas no formato de metas e ações (Quadro 4.3).

Quadro 4.3: Metas e ações do Eixo Práticas de Gestão Institucional.

Metas	Ações
Ampliar a participação da comunidade nas ações e	- Promover a maior participação comunidade em reuniões de planejamento do campus;

<p>na tomada de decisões planejadas e executadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estreitar o contato com a gestão municipal, a fim de garantir atendimento às necessidades de ambas as partes, sobretudo no que diz respeito ao acesso; - Integrar mais o corpo discente do campus, a fim de que tenham participação mais efetiva e com número maior de discentes nas ações promovidas; - Fortalecer a transparência nas ações do campus via portais e na comunicação interna e externa; - Criar a associação de pais e mestres; - Fortalecer as representações estudantis; - Favorecer, de acordo com a demanda, a participação online da comunidade escolar na tomada de decisões e na vida escolar; - Ampliar os momentos e ambientes de interação e debate sobre o campus; - Melhorar a comunicação institucional; - Promover a coleta de informações periodicamente; - Melhorar a devolutiva de solicitações à comunidade; - Ampliar os mecanismos de interação da comunidade com a gestão através de portais comunicação; - Ampliar a divulgação de projetos e ações institucionais, buscando maior participação da comunidade interna e externa no que é desenvolvido.
<p>Estimular a participação a representatividade Estudantil (grêmios, centros acadêmicos) na gestão</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Oficializar juridicamente o Grêmios Estudantis; - Promover a capacitação dos representantes estudantis através de curso em parcerias com outras entidades; - Ampliar o espaço de participação destes nos órgãos de tomada de decisões institucionais; - Promover, estimular e apoiar ações das representações estudantis; - Promover a interação com a comunidade por meio de ações de extensão.

<p>Estimular e ampliar as relações interpessoais entre os servidores</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar comissões voltadas para a qualidade de vida dos discentes e dos servidores como um todo; - Criar momentos e ambientes para o convívio e a troca de experiências; - Proporcionar mais momentos de convívio internos e externos ao institucional entre os servidores.
<p>Melhorar e ampliar os serviços e atendimentos no período noturno</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar horário de trabalho prevendo o atendimento noturno; - Buscar a viabilização de novas contratações de servidores técnicos administrativos.
<p>Melhorar a comunicação institucional no campus e com a reitoria</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar murais digitais com as informações sobre os setores do campus; - Implantar a utilização da agenda institucional; - Manter atualizado, junto à reitoria, os servidores responsáveis por determinadas chefias/coordenações/núcleos e/ou atividades no campus.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.4 Eixo Gestão Educacional e Prática Pedagógica

No IFPR, o trabalho desenvolvido visa uma prática pedagógica que contribua para a formação do homem e da sociedade, na qual o resultado seja a formação de um cidadão autônomo, preocupado com o desenvolvimento social, ciente das problemáticas da humanidade e disposto a ser um ator de transformação para um mundo melhor. Para tanto, deseja-se que o estudante tenha uma formação sólida na área técnica, tecnológica, superior e nas ciências em geral. Tudo isso perpassa pelo desenvolvimento de práticas emancipatórias, tendo em vista o papel social da instituição referenciado em seus documentos institucionais e na legislação que ampara o trabalho desenvolvido. Desse modo, a gestão educacional tem papel importante ao orientar o conjunto de docentes em busca do que é planejado institucionalmente.

Portanto, de modo geral, tratando especificamente dos técnicos administrativos do campus, o trabalho desenvolvido é avaliado de forma positiva pelos estudantes, sendo 64,4% considerado ótimo e 30% bom. Há elogios por parte dos estudantes quanto ao trabalho que concentram-se no bom atendimento, trabalho de qualidade e ótimo como está sendo desenvolvido. Também, os estudantes avaliaram o trabalho pedagógico realizado em sala de aula, e, em sua maioria, a avaliação foi positiva, pois 48,9% avaliam como ótimo e 46,7% como bom.

A gestão educacional (chefia de ensino, pesquisa e extensão; seção pedagógica e de assuntos estudantis; coordenações de curso) também foi avaliada pelos estudantes no que compete à atuação efetiva para resolução de problemas relacionados à frequência docente, falta de docentes, acompanhamento das aulas, etc, obtendo bom resultado, já que 84,4% avalia que há uma atuação positiva e efetiva neste ponto e apenas 14,4% respondeu “às vezes” para a questão.

Os pais/responsáveis puderam avaliar o quadro de servidores (técnicos e docentes) do campus. O resultado ficou em 55,4% como ótimo e 43,1% como bom, complementando que isso se dá em virtude da qualificação dos servidores e seu trabalho realizado. Há também apontamentos para a contratação de mais servidores para o campus.

No que tange à avaliação da comunidade externa em relação ao quadro de servidores, 65,4% responderam ótimo, 30,8% bom e 3,8% regular, tecendo muitos elogios no campo específico de comentários.

Por fim, apresentamos as contribuições dos diferentes segmentos para o eixo gestão educacional e prática pedagógica, compilados na forma de metas e ações (Quadro 4.4).

Quadro 4.4: Metas e ações do Eixo Gestão Educacional e Prática Pedagógica.

Metas	Ações
-------	-------

<p>Melhorar o trabalho dos servidores técnico-administrativos do campus</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover capacitação específica a cada cargo, explicando a função, objetivos e a importância de cada ator dentro da instituição; - Diminuir a rotatividade de técnicos nos setores; - Ampliar os momentos de interação entre os técnicos e alunos através de ações de cunho culturais de lazer, promovendo o convívio; - Criar momento para explicar para os alunos as responsabilidades de cada servidor técnico administrativo; - Coletar informações referentes ao trabalho técnico com maior frequência, o que possibilitará a análise e as correções; - Ampliar o número de técnicos para que seja possível atender as demandas de cada setor adequadamente.
<p>Aperfeiçoar o trabalho pedagógico em sala de aula</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aperfeiçoar a participação dos alunos nos conselhos de classe; - Promover a implantação de melhorias cabíveis solicitadas pelos alunos; - Estimular metodologias que provoquem os alunos e exijam sua participação ativa, buscando o desenvolvimento da autonomia e responsabilidade discente; - Ampliar a comunicação e interação dos professores com as turmas, seja em momentos de sala de aula ou externos; - Estimular a adoção de aulas práticas; - Fomentar práticas de formação e aperfeiçoamento do corpo docente, buscando capacitá-lo para a adoção de estratégias de ensino ativas.
<p>Aprimorar práticas de gestão educacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunizar momentos de capacitação interna e externa no que compete à gestão educacional e de pessoas/equipes;

	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a interação entre os campi, na busca por aprimoramento de processos; - Buscar fortalecer o grupo envolvido na gestão do campus e tomadas de decisão para um trabalho coeso.
Definir a oferta de novos cursos e a verticalização	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar a mudança de status de campus avançado para campus; - Estimular e ampliar a oferta de cursos de formação inicial e continuada; - Estimular a oferta de cursos EAD; - Buscar condições para a implementação de um novo curso técnico integrado ao ensino médio; - Buscar a implementação de cursos concomitantes em parceria com a SEED; - Buscar a implementação de cursos superiores que atendam às necessidades da comunidade local; - Consolidar o curso de pós-graduação do campus.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.4.1 Plano e Expectativas de Formação Continuada

No cenário educacional atual de rápidas atualizações, conhecimentos compartilhados de maneira muito rápida e ainda grandes mudanças, a necessidade de constante aperfeiçoamento torna-se ainda maior. A formação continuada tem sido entendida hoje como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários para o desempenho das atividades profissionais com qualidade.

Diante disto, o IFPR através da Resolução 48/2011 criou o Programa de Incentivo à Formação Inicial, Continuada e de Qualificação de Servidores Públicos, no interesse da Administração, determinando que a formação continuada é prioridade institucional para o desenvolvimento profissional dos servidores e é essencial para o desenvolvimento institucional. Sendo considerado qualificação ações de educação formal dos servidores que

favoreçam, se possível, o seu desenvolvimento nos Planos de Carreira e melhorem o desempenho e o desenvolvimento institucional.

O campus avançado Quedas do Iguaçu através da Direção Geral; a Seção de Ensino, Pesquisa e Extensão; as Coordenações de Cursos busca promover e apoiar a contínua qualificação dos servidores criando possibilidades para que os servidores possam ingressar em cursos de Graduação e de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu nas modalidades presencial e a distância, bem como cursos de capacitação e atualização profissional e acadêmica, através de parceria externa ou pelo próprio corpo institucional, buscando atender aos interesses e as necessidades do IFPR e do próprio servidor.

Quanto a este tópico, os estudantes responderam ao seguinte questionamento: “Você percebe ações de formação continuada para os servidores do campus?”. As respostas concentram-se em 70% dos estudantes que identificam ações de formação continuada e 30% não identificam. Dentre as ações identificadas, os estudantes apontam cursos de pós-graduação stricto sensu, eventos institucionais, cursos nas diferentes áreas do conhecimento, bem como reuniões e discussões internas de formação. Além disso, quanto ao retorno percebido para a formação enquanto estudante, a maioria compreende que a capacitação dos servidores é necessária e benéfica, pois traz melhor qualificação e por conseguinte, mais oportunidades para o mundo do trabalho.

Para isso, o eixo está construído e apoiado a partir das seguintes metas e ações (Quadro 4.5).

Quadro 4.5: Metas e ações do Eixo Eixo Plano e Expectativas de Formação Continuada.

Metas	Ações
Ofertar cursos de qualificação e aperfeiçoamento que atendam às necessidades institucionais e do servidor	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento das necessidades e interesses via formulário enviado aos servidores; - Verificar as necessidade de qualificação e capacitação em cada setor do campus; - Buscar parcerias internas e externas que viabilizem a

	oferta de cursos e momentos de capacitação dos servidores.
Capacitar os servidores de cada setor do campus para o desempenho de suas atribuições	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar as necessidades de dificuldades em cada setor; - Viabilizar junto às pró-reitorias capacitações que atendam as necessidades dos setores; - Promover continuamente a formação docente, principalmente no que tange aos conhecimentos pedagógicos; - Buscar parcerias com outras redes de ensino para a oferta de formação docente.
Capacitar docentes e técnicos para a inserção da pesquisa científica em todos os níveis da educação, trazendo benefícios à formação discente	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar permanentemente a busca pela qualificação a nível lato e stricto sensu; - Incentivar a proposição de projetos de pesquisa no campus, buscando a participação discente; - Viabilizar a qualificação dos servidores para a adoção de metodologias ativas de ensino por experimentação; - Fortalecer a nucleação e a formação de grupos de ensino e pesquisa; - Buscar a integração entre campus; - Promover eventos científicos de forma nucleada multicampi.
Apoiar o desenvolvimento institucional e a inserção internacional do campus	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer o Celif; - Ofertar curso de línguas aos servidores e alunos; - Buscar apoio e orientações junto à Direção de Assuntos Internacionais; - Viabilizar intercâmbios com instituições internacionais.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.5 Eixo Políticas Educacionais e Ações Institucionais

O presente eixo analisa a gênese e a implementação das políticas

educacionais e ações institucionais no IFPR - Campus Avançado Quedas do Iguaçu, trazendo contribuições concernentes às ações/políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação; assistência estudantil; políticas afirmativas; núcleos institucionais; programa de acompanhamento de egressos e relacionamento com a comunidade. Assim, a comunidade interna (servidores, estudantes e responsáveis) e externa puderam estar avaliando e sugerindo ações para o eixo, que estão dispostas nos subitens abaixo.

4.1.5.1 Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação

Os estudantes, em grande parte (93%) afirmam que há integração entre pesquisa, extensão e inovação. Porém, destacam-se entre as principais dificuldades, a falta de verbas, a falta de maior adesão por parte dos alunos e a falta de interação com a comunidade para o desenvolvimento dessas atividades. Destaque para o número de respondentes que não sabem ou que afirmaram negativamente o desenvolvimento dessas atividades, sendo necessário averiguar posteriormente os motivos pelos quais não sabem ou não estão satisfeitos.

Quanto às contribuições da comunidade externa, 84,5% dos respondentes afirmam que o campus consegue trabalhar o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação e 15,4% responderam "às vezes" para este item. Ainda, 23,1% responderam que conhecem os projetos de ensino/pesquisa/extensão/inovação desenvolvidos no campus, 26,9% em parte e 50% não conhecem, demonstrando a grande necessidade de ampliação de ações de divulgação nesse sentido.

Entre as sugestões apontadas dentre os estudantes houve predomínio da falta de verbas, seguido por falta de tempo, devido à sobrecarga de tarefas, somando-se a falta de interesse tanto dos alunos como da comunidade. Ressaltam também a falta de estrutura. A maioria avalia as políticas de extensão como bom ou ótimo, tendo como sugestões apenas a criação e desenvolvimento de mais ações de extensão. As sugestões dos pais/responsáveis para melhor conhecimento dos projetos de ensino/pesquisa/extensão/inovação

desenvolvidos no campus concentram-se na ampliação da divulgação, seja por meio do uso de tecnologias, seja por meio da realização de eventos/apresentações com participação da comunidade local. As sugestões da comunidade externa concentram-se na maior interação do campus com a comunidade, na ampliação das ações de divulgação e na necessidade de maior investimento para a ampliação do trabalho (Quadro 4.6).

Quadro 4.6: Metas e ações do Eixo Políticas Educacionais e Ações Institucionais - Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação.

Metas	Ações
Melhorar o entendimento sobre as vantagens e benefícios sobre a implementação dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover palestras sobre a importância da promoção das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação; - Contextualizar os alunos quanto aos benefícios prestados à comunidade conforme as ações realizadas; - Trabalhar a conscientização por parte dos estudantes para participação nos projetos de ensino, pesquisa, extensão e arte, esporte e cultura;
Melhorar o desenvolvimento dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar ampliação de possibilidade de verbas por meio dos editais interno e, se necessário, externos; - Buscar maior interação junto à comunidade no desenvolvimento de projetos de extensão; - Ampliar a divulgação dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação junto à comunidade externa; - Buscar soluções quanto à organização curricular, de forma a proporcionar mais tempo para as atividades dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.5.2 Assistência Estudantil

Levando-se em consideração as respostas dos alunos, as sugestões para melhorias na política de assistência estudantil (bolsas) são: Maior número de bolsas e análise mais criteriosa sobre os candidatos (fraude). Já nas respostas de pais/responsáveis observa-se que as sugestões focam em melhorias na política da assistência estudantil do IFPR, na oferta de um número maior de bolsas e na melhor distribuição, oportunizando mais alunos beneficiados (Quadro 4.7). Outros trazem algumas críticas ao programa, como a burocracia e o curto prazo para inscrições.

Quadro 4.7: Metas e ações do Eixo Políticas Educacionais e Ações Institucionais - Assistência Estudantil.

Metas	Ações
<p>Prosseguir e ampliar os programas de assistência estudantil</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar aos estudantes o princípio da eficiência institucional, fiscalizando as possíveis fraudes nos pedidos e acesso às ações afirmativas; - Ampliar o número de estudantes assistidos nos programas da assistência estudantil, sobretudo entre os ingressantes do campus; - Ampliar a divulgação dos programas de assistência estudantil junto aos estudantes através do site, redes sociais e presencialmente; - Fomentar a participação de estudantes em eventos estudantis nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e inovação; - Promover ações de conscientização sobre o acesso aos programas da assistência estudantil, sobretudo aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.5.3 Políticas Afirmativas

Em relação às políticas afirmativas, o Campus Avançado Quedas do Iguaçu tem como objetivo para o quadriênio previsto por este documento, manter e acompanhar o sistema de cotas, com vistas a garantir a promoção de bolsas de inclusão social nas mais diversas modalidades, assegurando aos estudantes o princípio da eficiência institucional conforme os ditames da Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, onde consta a necessidade de reserva do quantitativo de 25% das vagas para ações afirmativas (Quadro 4.8).

Quadro 4.8: Metas e ações do Eixo Políticas Educacionais e Ações Institucionais - Políticas Afirmativas.

Metas	Ações
Melhorar as ações de políticas afirmativas	<ul style="list-style-type: none"> - Manter e acompanhar o sistema de cotas, com vistas a garantir a promoção de bolsas de inclusão social nas mais diversas modalidades; - Garantir a inclusão de alunos às iniciativas de ações/políticas afirmativas quando estas forem-lhe de direito; - Monitorar, selecionar e incluir alunos em projetos de ações afirmativas sempre quando possível.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.5.4 Núcleos Institucionais (Napne, NIT, NAC, Neabi, outros)

Os núcleos institucionais contemplam as mais diversas ações do campus com base na sua especificidade e com isso, contribuem com a melhoria dos serviços institucionais oferecidos à comunidade como um todo, observando a inclusão e o desenvolvimento social local. Com vistas ao estabelecimento e fortalecimento dos núcleos do Campus Avançado Quedas do Iguaçu, buscaremos o fomento e a realização de ações e projetos que tragam visibilidade ao fazer de cada núcleo, inclusive no que diz respeito aos equipamentos e espaços necessários para realização dessas atividades (Quadro 4.9).

Quadro 4.9: Metas e ações do Eixo Políticas Educacionais e Ações Institucionais - Núcleos Institucionais.

Metas	Ações
Fortalecer o trabalho dos núcleos institucionais.	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de servidores especializados para composição de núcleos; - Incentivar maior participação dos núcleos nos editais internos do IFPR; - Trabalhar a identidade de cada núcleo com a comunidade acadêmica; - Incentivar os servidores a participarem dos núcleos especializados; - Divulgar as ações realizadas pelos núcleos junto à comunidade.
Promover a cultura inclusiva no campus	<ul style="list-style-type: none"> - Promover projetos e ações inclusivas no campus, buscando envolver a comunidade interna e externa; - Fomentar atividades que discutam as questões de gênero e diversidades; - Fomentar atividades e práticas educacionais dentro e fora de sala aula quanto à educação inclusiva; - Fortalecer a relação professor-aluno dentro e fora da sala de aula; - Viabilizar processos de formação e aperfeiçoamento na área de inclusão aos servidores.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.5.5 Programa de Acompanhamento de Egressos

São ações que possibilitam mensurar e validar as políticas educacionais oferecidas pela Instituição, pois servem como ferramenta avaliativa da qualidade das propostas dos cursos e dos serviços educacionais ofertados pela Instituição (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2019).

Outro aspecto importante do programa é que por meio dele torna-se possível acompanhar o desenvolvimento profissional do egresso bem como suas colaborações nos processos produtivos em que está inserido. Portanto, é necessário e válido a implementação e a divulgação de programas de atenção aos ex-alunos do Instituto Federal do Paraná - Campus Avançado Quedas do Iguaçu (Quadro 4.10).

Quadro 4.10: Metas e ações do Eixo Políticas Educacionais e Ações Institucionais - Programa de Acompanhamento de Egressos.

Metas	Ações
Implementação de programa de acompanhamento de egressos.	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar o plano de acompanhamento de egressos; - Trabalhar a divulgação deste plano junto à comunidade; - Manter cadastro de contatos de alunos atualizados; - Mapear atividades laborais exercidas pelos egressos do Campus; - Manter comunicação permanente e estreito vínculo institucional; - Manter grupos de discussões e contato por meio das redes sociais de egressos.
Reintegrar o egresso à comunidade acadêmica do IFPR.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover encontros de egressos; - Promover trocas de experiências entre alunos e egressos; - Desenvolver cursos de capacitação voltados para ex-alunos; - Convidar e incentivar a participação em eventos institucionais.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.5.6 Relacionamento com a Comunidade

Com base nos pressupostos institucionais, o campus buscará aprimorar ainda mais o diálogo com a comunidade, buscando estabelecer o contato direto por meio de eventos e ações de integração. Entendemos que uma forma de estabelecer o diálogo com a comunidade é buscar compreender as demandas sociais locais respeitando os arranjos sociais e a particularidade cultural de nossa comunidade.

A partir do questionário aplicado, a comunidade externa respondeu se identifica alguma ação do IFPR - Campus Avançado Quedas do Iguaçu que promova a relação com a comunidade. Dentre os respondentes, 61,5% responderam que sim, pontuando quais são as ações em comentários, e 38,5% responderam que não. Assim, as sugestões da comunidade externa e interna para alcançar a meta proposta para o quadriênio estão estabelecidas nas seguintes metas e ações (Quadro 4.11).

Quadro 4.11: Metas e ações do Eixo Políticas Educacionais e Ações Institucionais -
Relacionamento com a Comunidade.

Metas	Ações
Melhorar o relacionamento do IFPR - Campus Avançado Quedas do Iguaçu junto à comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar atividades de integração; - Trabalhar na divulgação dos cursos e serviços desenvolvidos pelo campus; - Incentivar o desenvolvimento de projetos de extensão; - Reforçar o desenvolvimento de Projetos Finais de Curso com base nas necessidades locais; - Promover maior interação dos campus junto às autoridades comunitárias locais; - Expandir o relacionamento junto aos municípios vizinhos.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.6 Eixo Atividades Culturais, Artísticas e Desportivas

O Campus Avançado Quedas do Iguaçu vem promovendo ações culturais desde sua implementação e à medida em que os trabalhos têm sido desenvolvidos, algumas dessas ações vêm ganhando corpo, tornando-se projetos culturais. Com base nas respostas coletadas via questionário, podemos observar que 47,8% de nossos estudantes avaliam essas ações como ótimas.

Salientamos, entretanto, que 20% destaca que há necessidade de mais projetos esportivos ofertados pelo campus, de forma a promover a integração e a competição entre os estudantes. Já em relação à arte e cultura, 16,6% requer projetos que trabalhem outras vertentes de arte, além de se considerar o trabalho da cultura local, bem como, expandir essa temática não somente para o ramo das artes, como também para outras formas de expressão. De maneira geral, salienta-se que nossa comunidade considera que as ações culturais têm sido trabalhadas de forma satisfatória, podendo melhorar nesse quesito.

Para atendimento da requisição dos estudantes, primeiramente precisamos ampliar a equipe de servidores para assim, poder distribuir as tarefas internas e poder ampliar e melhorar as atividades já realizadas. Por conseguinte, reverbera a compreensão da importância das práticas esportivas enquanto atividades integradoras à nossa comunidade devendo esta ser uma prática contínua (Quadro 4.12).

Quadro 4.12: Metas e ações do Eixo Atividades Culturais, Artísticas e Desportivas.

Metas	Ações
Melhorar as condições de práticas culturais e desportivas.	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar/melhorar a infraestrutura relativa às práticas esportivas; - Adquirir equipamentos diversificados promovendo a ampliação das possibilidades das práticas pedagógicas esportivas e culturais.

Expandir as opções das práticas esportivas e culturais.	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhar outras modalidades artísticas por meio de projetos de arte e cultura, tais como: desenho, escultura, outras; - Adotar atividades esportivas diferentes das tradicionais, como por exemplo eventos com foco em jogos eletrônicos.
Instigar a sociedade a participar de eventos esportivos e culturais.	<ul style="list-style-type: none"> - Promover diálogos com a comunidade incentivando-os às práticas culturais e desportivas; - Desenvolver atividades culturais e esportivas de modo a acolher a sociedade; - Promover a realização de campeonatos em modalidades esportivas diversas.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

4.1.7 Eixo Infraestrutura

O Campus Avançado Quedas do Iguaçu se propõe a seguir as diretrizes do Plano Diretor de Infraestrutura Física, constante no PDI, mantendo um diálogo aberto junto à Reitoria para acompanhamento das ações de melhorias de estrutura.

Para estabelecer um plano de infraestrutura levamos em consideração as demandas de nossos estudantes, pais/responsáveis e comunidade externa que por meio do questionário aplicado, evidenciam de modo geral, a necessidade de melhorias nas seguintes estruturas físicas: construção de um bloco didático com espaço para salas de aula, auditório e espaço de lazer (68,8%); construção de espaço para cantina ou refeitório (33,3%) e, cobertura da quadra poliesportiva (12,2%). Essas demandas permeiam inclusive, as necessidades da equipe de servidores do campus, uma vez que visam proporcionar melhorias e adequações para um espaço cada vez mais adequado e inclusivo à comunidade do IFPR.

Portanto, como objetivo, seguiremos a proposta de nosso PDI, onde consta: “Para os próximos anos estão previstas a ampliação e a adequação da infraestrutura física, bem como a adequação das edificações para melhoria da

acessibilidade, de forma a prepará-las para atender à comunidade escolar. ”. (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, 2019, p. 235). As metas e ações são apresentadas no Quadro 4.13.

Quadro 4.13: Metas e ações do Eixo Infraestrutura.

Metas	Ações
Ampliar/adequar os espaços físicos.	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar recursos financeiros de modo a viabilizar a construção do novo bloco didático visando contemplar as demandas indicadas; - Formar parcerias e buscar recursos financeiros para viabilizar a cobertura da quadra poliesportiva; - Planejar e buscar recursos para implantação de uma área de convivência no Campus; - Viabilizar a integração dos setores Administrativo, Didático e Esportivo de modo a torná-los totalmente acessíveis; - Melhorar as condições de permanência identificando e eliminando pontos/focos de insalubridade; - Planejar e buscar recursos para a construção e compra de equipamentos para espaços de estudos individuais e coletivos.

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

5. AVALIAÇÃO DO PPP

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho a caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

(Paulo Freire, 1992)

O Projeto Político Pedagógico do Instituto Federal do Paraná, Campus Avançado Quedas do Iguaçu, possui como principal prerrogativa a função de um projeto institucional o qual pode ser caracterizado como instrumento político, à medida que volta-se à atividade-fim da instituição e perpetua-se na formação dos estudantes; e à atividade-meio, em função da construção do coletivo por meio das relações entre os sujeitos da comunidade escolar, na prática institucional (ALBERTO; BALZAN, 2008). A partir da concepção de projeto institucional, ressalta-se a importância da avaliação periódica deste instrumento, a fim de considerar as diferentes variáveis que incidirão sobre o processo de ensino aprendizagem no campus, consoante às alterações intrínsecas ao contexto político-social da cidade de Quedas do Iguaçu.

Em virtude da projeção quadrienal deste documento, ressalta-se a importância do estabelecimento dos critérios e do alinhamento das diretrizes em função da condução dos trabalhos de revisão, dado que é por meio desses requisitos que a instituição possuirá meios pré-estabelecidos para realizar o processo de avaliação. Ainda, conforme Alberto e Balzan (2008, p. 749): “Como na natureza, onde há espaço a vida cresce. Do contrário, ela atrofia.”. Nas palavras dos autores, compreende-se, que, onde há espaço para discussão, há expansão de horizontes, ao contrário, a instituição não cresce nem desenvolve-se.

A implementação do processo de avaliação do referido documento requer uma comissão específica, a qual deverá sintetizar, a partir de avaliações anuais

até o fechamento quadrienal, junto à avaliação do PDI, as variáveis que poderão ser incluídas na discussão de alterações, com base nos princípios institucionais e no contexto social onde encontra-se o Campus Avançado Quedas do Iguaçu. Essa metodologia adequa-se ao perfil de avaliação socio-qualitativa, ao passo que busca sintetizar as dimensões sociais junto às concepções pedagógicas para construção das diretrizes escolares.

Para Sônia Draibe (2001), os critérios utilizados como método de avaliação e acompanhamento do PPP são as dimensões, variáveis, indicadores e instrumentos, a fim de categorizá-los no âmbito do desempenho, impacto e efeitos. Tais princípios compõem uma maneira integrada de avaliação com base na realidade social local. Neste caso, no intuito de conduzir a implementação dos processos de acompanhamento e de avaliação processual do PPP, propõe-se a utilização de um instrumento que contenha fases e atividades previamente descritas, conforme Quadro 5.1:

Quadro 5.1: Fases do processo de avaliação do PPP⁴.

Fase	Descrição das atividades
Planejamento e organização do processo de avaliação do PPP.	Definição da comissão de trabalho; publicação da portaria interna. Estabelecimento da condução do trabalho e o cronograma a ser seguido.
Sistematização de documentos e/ou elaboração de instrumentos para a avaliação diagnóstica.	Elaboração de questionários com perguntas voltadas a análise e diagnóstico do marco situacional local. Avaliação por meio de indicadores, variáveis e dimensões associados às diretrizes estabelecidas no PPP. Faz-se necessário reunir documentos que justifiquem investigações para possíveis alterações no texto do documento ou até mesmo que justifiquem a permanência dos princípios norteadores estabelecidos previamente.

⁴ Quadro-síntese construído com a finalidade de sistematizar as fases da avaliação global do PPP.

<p>Conscientização da comunidade para a participação coletiva no processo de coleta de informações.</p>	<p>Reuniões de sensibilização. Utilização de estratégias, metodologias e técnicas participativas, dinâmicas ativas de adesão voluntária por parte da comunidade, ficando a critério da comissão a escolha da maneira adequada.</p>
<p>Organização e análise preliminar de resultados, dados e informações. Publicação dos dados pré-categorizados.</p>	<p>Sistematização dos resultados dos instrumentos aplicados e coleta e organização de documentos (autoavaliação institucional, relatórios diversos, registros de reuniões, resultados de avaliações, dados estatísticos). Análise de documentos e de resultados de processos avaliativos. É importante manter os dados organizados e disponíveis à comunidade escolar, ficando a critério da comissão a maneira mais adequada de difusão desses dados.</p>
<p>Planejamento e elaboração de ações de intervenção.</p>	<p>Elaboração de um Relatório de Avaliação Processual que contenha um Plano de Ação Processual, por decisão colegiada, constando de conclusões, recomendações, diretrizes e ações de intervenção. Parte da análise da autoavaliação institucional, dos resultados do diagnóstico e de outros documentos institucionais. A equipe deverá utilizar-se de reuniões, no âmbito do campus e da Reitoria, e, se necessário, em espaços coletivos de discussão, bem como fóruns, em âmbito institucional, como espaço deliberativo.</p>
<p>Execução das ações de intervenção</p>	<p>Implementação das ações definidas coletivamente.</p>

<p>Revisão de políticas e diretrizes institucionais</p>	<p>Anexar ao Relatório de Avaliação Processual as conclusões, recomendações, diretrizes e ações de intervenção que partiram da coleta de dados anterior.</p> <p>Decisão entre a reafirmação do PPP vigente ou, caso necessário, a indicação de redimensionamento de políticas, diretrizes e ações e de revisão do documento-base do PPP.</p> <p>É necessário a realização de seminários, reuniões e ciclos de debates no campus, bem como na Reitoria, e espaços coletivos de discussão, e ainda em fóruns, em âmbito institucional, como espaço deliberativo para fins de consulta a respeito do processo nos outros campi do IFPR.</p>
<p>Divulgação dos resultados do processo</p>	<p>Elaboração e desenvolvimento de estratégias de divulgação, de modo a contemplar o coletivo institucional implicado no processo avaliado, antes de quaisquer alterações no documento propriamente dito.</p>
<p>Implementação das políticas e diretrizes institucionais</p>	<p>Implementação de políticas, diretrizes e ações definidas coletivamente.</p>

Fonte: Elaborado pela Comissão local do PPP (2020).

Em virtude dos processos que competem a avaliação deste documento, conforme as fases e atividades elencados acima, os resultados esperados pelo processo de avaliação é a elaboração de um Relatório de Avaliação que contenha a descrição da sistematização do processo no todo, que garanta a execução de um Plano de Ação, proponha a reafirmação das diretrizes já existentes ou até mesmo o redimensionamento das mesmas, readequando o PPP para realidade do contexto local.

À vista dos objetivos, visão e valores institucionais, o IFPR - Campus Avançado Quedas do Iguaçu possui sua natureza permeada pela complexidade de ordem da operacionalização de qualquer ação sistêmica, destacando-se, portanto, a necessidade de acompanhamento e a avaliação de um de seus maiores documentos norteadores, tal como é o PPP. A avaliação deverá acontecer sob a coordenação de um grupo que possua acesso aos conceitos e aos princípios políticos pedagógicos que permeiam a instituição, e que por sua vez, destacam-se no referido documento. A participação coletiva, e a permanente articulação deste documento deve ir ao encontro com os pressupostos pedagógicos, os quais presidem os processos de ensino-aprendizagem do campus.

6. REFERÊNCIAS

ALBERTO, Jorge Luís Moreira; BALZAN, Newton César. Avaliação de projeto político-pedagógico pelos funcionários: espaços e representatividade. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 745-770, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/07.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019.

ALVES, R. **A alegria de ensinar**, Ars poética, São Paulo, 1994.

ARAÚJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G.. Práticas Pedagógicas e ensino integrado. In: **Revista Educação em Questão** (UFRN. Impresso), v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

ATLAS BRASIL 2013. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. PNUD. Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/quedas-do-iguacu_pr. Acesso em 14 mai 2020.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 27 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto no 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília [1990b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 21 ago 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília [1985]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm. Acesso em: 21 ago 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília [1990a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 ago 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**, 3ª Edição, Brasília-DF, 2016. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file> Acesso em: 22 ago. 2020.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação (SETEC/MEC). **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio - Documento Base**. 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 04 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.892 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. p 1. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. Parecer CNE/CEB N. 11/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 de setembro de 2012, Seção 1, p. 98.

BRASIL. Resolução CNE/CEB N. 06/2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 04 de setembro de 2012.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF). **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012 Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 27 ago. 2020.

DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999, p. 89-102.

DEMO, Pedro. Educação Científica. In: **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/224/207>. Acesso em: 19 abr. 2019.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, vol. 41, n. 144, 2011.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 15-42. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1763>. Acesso em: 25 set. 2019.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975.

FERRETI, C. J. Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: desafios e perspectivas. In: RIOS, Franciane Heiden; COSTA, Roberta Rafaela Sotero; URBANETZ, Sandra Terezinha. (Orgs.). **Educação profissional: desafios e debates** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e Práxis e o Antagonismo entre a Formação Politécnica e as Relações Capitalistas. In: **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, supl. 1, p. 67-82, 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de C. N. Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HOFFMANN, Jussara M.L. **Avaliação: mito e desafio uma perspectiva construtivista**. Educação e Realidade, Porto Alegre, 1991.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo demográfico 2010**. Base cartográfica municipal de 2010. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/. Acesso em 14 mai 2020.

IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB por unidades da federação 2017**. 2017. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 14 mai 2020.

IFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** campus avançado Quedas do Iguaçu. 2019-2023, 2018. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/relatorio-pdi-2019-2023-ifpr-avancado-quedas-do-iguacu.pdf>. Acesso em: 21 ago 2020.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Curitiba: Instituto Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2018. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2019-2023-Versao-Consup-2019.pdf>. Acesso em: 03 set. 2019.

IFPR. Reitoria. **Resolução nº 50 de 14 de julho de 2017**. Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR. Curitiba, 2017.

IFPR. **Resolução Nº 13 de 01 de setembro de 2011 - Aprova a Mudança e Consolida o Estatuto do IFPR**. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-132011/>. Acesso em: 11 out. 2019.

IFPR. **Resolução Nº 54 de 21 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR**. Disponível em: <https://assis.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/04/Res.-54.11-Disp%b5e-sobre-a-Organiza%a7c3%a3o-Did%a1tico-Pedag%b3gica-da-Educa%c3%a7c3%a3o-Tecnica-de-N%advel-M%a9dio-no-%a2mbito-do-Instituto-Federal-do-Paran%a1-IFPR..pdf>. Acesso em: 03 dez. 2019.

IFPR. **Resolução nº 48 de 21 de dezembro de 2011**. Programa de Qualificação e Formação dos Servidores do IFPR. Curitiba, 2011.

IFPR. **Projeto Político Pedagógico - Campus Avançado Coronel Vivida**. 2018. Disponível em: <https://coronelvivida.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/05/PPP-Campus-Avan%a7ado-Coronel-Vivida-2018.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

IFPR. **Projeto Político Pedagógico 2016-2019 - Campus Paranavaí**. 2016. Disponível em: https://paranavai.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/PPP-IFPR-PARANAVA%c3%8d-2017_VERS%83O-FINAL.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

IFPR. Regimento interno comum aos Câmpus do Instituto Federal do Paraná. Curitiba. 2014. Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/06/Anexo-Res.-08.141.pdf>. Acesso em: 21 ago 2020.

IFPR. **Resolução nº 07, de 16 de abril de 2020**. Institui o Programa de Auxílio a Situações Emergenciais - PRASE aos estudantes do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=780111&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 27 ago. 2020.

IPARDES. **As especialidades socioeconômico-institucionais no período 2003-2015**. Curitiba: IPARDES, 2017b. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/varios_paranas_relatorio_2017.pdf>. Acesso em 14 mai 2020.

IPARDES. **Caderno Estatístico - Município de Quedas do Iguaçu**. IPARDES, 2020. Disponível em <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=8546>. Acesso em 14/ mai 2020.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu: 1.a fase: caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007. Disponível em http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_cantuquiriguacu.pdf. Acesso em 14 mai 2020.

KUENZER, Acácia Z. As relações entre o mundo do trabalho e a escola: práticas de integração. In: RIOS, Franciane Heiden; COSTA, Roberta Rafaela Sotero; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Educação profissional: desafios e debates**. Curitiba, Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1RAOLa4y-7Hiq9gYkCJ5b9TQugEsxrpNS>. Acesso em: 04 out. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. M. **Fundamentos da metodologia científica**. SP: Atlas, 2001.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MENDONÇA, E. F. **Educação e Sociedade**. UNB/PedEaD. 2013.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, E. M.. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e**

tecnológica. In: PACHECO, E. M. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana: Moderna, 2011.

PARO, Victor Henrique. Situações e perspectivas da administração da educação brasileira: Uma contribuição. In: **Revista Brasileira de Administração da Educação**. Brasília, Anpae, 1983.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). ISBN 9788582990315.

RAMOS, Marise. **Concepção de integrado à educação profissional**. Texto produzido a partir da exposição no seminário sobre ensino médio. Rio Grande do Norte, 14 e 16 de agosto de 2007.

RAMOS, Marise Nogueira. Currículo Integrado. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. (Orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

RODRIGUES, E. E. **Gestão democrática: a relação entre participação discente e os índices de evasão e reprovação em uma escola pública do DF**. TCC (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, UnB, Brasília, 2013.

SACRISTÁN, J. G. (Org.). **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr., 2007.

SCHNEIDER, R.; HENRIQUE, J. da S. Há fuga de cérebros (BRAIN DRAIN) nas microrregiões paranaenses? In: **Anais – VII Seminário internacional sobre desenvolvimento regional**, Santa Cruz do Sul – RS, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13387/2552>. Acesso em 14 mai 2020.

SEVERINO, A. J.. A escola e a construção da cidadania. In: SEVERINO, A. J.; et. al. **Sociedade Civil e Educação**. Campinas, SP: Papirus: cedes, São Paulo: Ande: Anped, 1992, p. 9-14.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

SILVA, F. E. M. da; SILVA, S. A. da; JUCÁ, S. C. S.; MONTEIRO, A. O.; LEMOS, P. B. S.;

ROCHA, P. C. S. **Evasão escolar como desafio contemporâneo à Escola de Ensino Médio Luiz Girão, em Maranguape-CE.** Research, Society and Development, vol. 8, n. 8, 2019.

SKROWONSKI, Daniela; CUNHA, Vladson Paterneze. **“Nós temos um sonho!”:** Uma história da implantação do IFPR em Quedas do Iguaçu. In: ZANATTA, Odacir Antonio, (Org.) et al. Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR. Curitiba: IFPR, 2019, p. 342-356.

THEIS, I. M.; KRAJEVSKI, L. C. **Desenvolvimento e acumulação por espoliação:** o caso do território Cantuquiriguaçu - Paraná. Novos Cadernos NAEA, v. 20, n. 2, 6 out. 2017.

VASCONCELLOS, Celso. **Avaliação:** concepção dialética libertadora do processo de avaliação escolar. 15. ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.

VEIGA, Ilma Passos da. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.1-12.